



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

**COMISSÃO DE POLÍTICA URBANA, METROPOLITANA E MEIO
AMBIENTE**

PRESIDENTE: RUBINHO NUNES

13ª AUDIÊNCIA PÚBLICA DO PL 127/2023

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 27 DE ABRIL 2023

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Manifestação fora do microfone
- Exibição de imagens
- Tumulto
- Exposição com audiovisual, podendo causar a indeterminação do texto

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Muito boa tarde a todos.

Estão presentes os Vereadores: Rubinho Nunes, Sansão Pereira, Sílvia da Bancada Feminista e Celso Giannazi.

Na qualidade de Presidente da Comissão de Política Urbana Metropolitana e Meio Ambiente, declaro abertos os trabalhos da 17ª Audiência Pública de 2023, sendo a 13ª audiência pública ao PL 127/2023, PDE Executivo, Ricardo Nunes. Dispõe sobre a revisão intermediária do Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo, aprovado pela Lei nº 16.050 de 31/07/2014, nos termos da previsão de seu artigo 4º.

Informo que essa reunião está sendo transmitida ao vivo através do endereço: <https://www.saopaulo.sp.leg.br/transparencia/auditorios-online/> pelo YouTube, canal TV Câmara São Paulo, Facebook da Câmara Municipal de São Paulo e TV Câmara Canal 8.3.

Essa audiência vem sendo publicada desde o dia 5 de abril, no *Diário Oficial da Cidade*; dia 5 de abril, no *Jornal Estado de S.Paulo* e dia 8 de abril, no *jornal Folha de S.Paulo*.

As inscrições para participação do público foram abertas no *site* da Câmara Municipal, em 12 de abril, devendo os inscritos pelo *site* participar pela plataforma *on-line*.

O público presente que desejar se manifestar deve se inscrever com a secretaria da Comissão, que fica aqui à nossa esquerda e deve expor sobre algum representante também, na parte de cima, para que os senhores possam se manifestar no microfone de apartes que está à nossa frente. Cada inscrito terá até três minutos para se manifestar.

Foram convidados para esta audiência os Srs.: Marcos Duque Gadelho, Secretário Municipal de Urbanismo e Licenciamento, representado pelo Sr. Fernando Henrique Gasperini, Diretor de Planurb e Sra. Patrícia Saran, Coordenadora de Participação; Eduardo de Castro, Secretário Municipal do Verde e do Meio Ambiente; Alexandre Modonezi de Andrade, Secretário Municipal das Subprefeituras; João Siqueira de Farias, Secretário Municipal de Habitação; Ricardo Teixeira, Secretário Municipal de Mobilidade e Trânsito, representado pelo Sr. Fernando Seoane Miquelin, assessor da SMT/AT; Dr. Marcus Vinicius Monteiro dos Santos, Promotor de Justiça Secretário - Ministério Público do Estado de São Paulo; Dr. Florisvaldo Antônio Fiorentino

Júnior, Defensor Público Geral - Defensoria Pública Geral.

Registro a presença, pelo sistema virtual, dos Vereadores Marlon Luz e Rodrigo Goulart.

Passemos à 13ª audiência pública sobre o PL 127/2023 – PDE, tendo como tema Ordenamento Territorial.

Pergunto aos Vereadores presentes se algum dos colegas gostaria de fazer uso da palavra.

Tem a palavra o Vereador Celso Giannazi.

O SR. CELSO GIANNAZI – Boa tarde a todos.

Cumprimento o Presidente da Comissão de Política Urbana, Vereador Rubinho Nunes; e os Vereadores Sansão e Silvia da Bancada Feminista.

Muito rapidamente, nós temos hoje em frente à Câmara Municipal o movimento de moradia popular, de habitação popular. A gente vem fazendo esse debate e, em várias audiências, Presidente, fazendo apelo para que a gente tenha um processo democrático, um processo estendido das discussões.

A gente tem acompanhado as audiências públicas e, na verdade, isso que está sendo colocado, 53 audiências públicas em um curto espaço de tempo, não dá nem tempo de as proposições serem apresentadas e a gente estudar com calma esse processo, que é o da revisão do Plano Diretor Estratégico, que é muito importante. Ou a gente atende aos interesses sociais, de Habitação de Interesse Social, que é muito importante, ou a Câmara Municipal vai privilegiar a especulação imobiliária, e isso a gente não vai permitir que aconteça.

Então, que seja permitido, Presidente, que a gente estenda esse prazo da discussão do PDE. Vejo aqui, por exemplo, moradores do movimento do Sabará, da Miguel Yunes, que acordaram e foram surpreendidos com o decreto de desapropriação de suas residências - pessoas que moram lá há 30 anos, 40 anos, 50 anos -, sem um processo de debate democrático para se saber o que vai ser feito ali. Então, eles foram surpreendidos, e isso não pode acontecer. Está acontecendo também com o Plano Diretor.

Então, venho aqui fazer esse apelo, Presidente, para que a gente possa fazer esse debate mais estendido, que a gente coloque para o segundo semestre a votação da revisão do Plano Diretor Estratégico. Tenho certeza de que V.Exa., com entendimento, ouvindo a população, será sensível a essa causa para que a gente possa fazer um debate mais democrático, mais transparente.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Obrigado, Vereador Celso.

Só para fazer uma pequena correção: na sessão da Comissão de Política Urbana de ontem aprovamos um requerimento da Vereadora Silvia da Bancada Feminista para mais duas audiências públicas, que serão realizadas sob a tutela da Vereadora Silvia. Então, são 55 audiências públicas.

Mas, Vereador, são 55 audiências públicas, um número recorde. Se a gente para e compara, por exemplo, com o último Plano Diretor, que teve 47 audiências públicas, em uma revisão nós superamos a quantidade. Isso, para mim, já demonstra a ampla participação popular. Nós vemos hoje aqui a galeria lotada, que é sinônimo da participação nesse debate, e tenho certeza de que o nosso relator, Vereador Rodrigo Goulart, tem tomado nota de todos os temas, assim como a minha assessoria e as dos demais Vereadores, para absorver as demandas trazidas pela população, filtrá-las e, dentro do possível, dentro do estabelece o ordenamento jurídico, que elas possam ser recebidas, e todas serão respondidas e analisadas.

Vereador Sansão Pereira.

O SR. CELSO GIANNAZI – Só um aparte. É a extensão do prazo, Presidente. É a extensão desse prazo, porque 55 audiências em menos de 40 dias, 50 dias é quase que impossível a participação popular. Só isso. Para estender esse prazo. Que a gente leve para o segundo semestre.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Vereador, não será possível, mas são 60 dias, na verdade.

Registro a presença da Vereadora Elaine do Quilombo Periférico e do Vereador João Ananias, nosso amigo.

Tem a palavra o nobre Vereador Sansão Pereira.

O SR. SANSÃO PEREIRA – Muito boa tarde, Sr. Presidente, todos aqui presentes e aqueles que nos acompanham de maneira virtual.

Quero começar cumprimentando o pessoal da União dos Movimentos da Moradia de São Paulo e também o pessoal do Condomínio Sabará, que está aqui, representando o Sabará. Sejam bem-vindos. Estamos aqui para ouvi-los.

Também estão aí a Bancada Feminista, a Frente São Paulo pela Vida e também a Leste 1. Estamos aqui. O objetivo, como sempre, da audiência pública é nós podemos ouvir, colher informações e fazer o melhor pela cidade de São Paulo.

Então, uma ótima audiência para todos nós.

Presidente, só isso, apenas para cumprimentar todos.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Obrigado, Vereador Sansão Pereira.

Tem a palavra a nobre Vereadora Silvia da Bancada Feminista.

A SRA. SILVIA DA BANCADA FEMINISTA – Queria só fazer uma saudação inicial, porque hoje essa audiência está lotada de povo, porque nós convocamos um ato hoje, para a frente da Câmara Municipal, um ato organizado pela Frente São Paulo pela Vida. Então, queria dar as boas-vindas a todos os movimentos sociais de luta, tanto por moradia quanto também os movimentos que lutam pela pauta urbanística, pela pauta do meio ambiente.

Então, hoje nós tivemos um ato aqui com uma presença expressiva da população e há uma carta da Frente pela Vida, que gostariam de entregar aqui para a Comissão de Política Urbana. Depois eu pediria que algum representante da Frente São Paulo pela Vida entregasse aqui a carta manifesto.

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Obrigado, Vereadora Silvia.

Bom, não havendo mais Vereadores inscritos, passemos aos inscritos. Pergunto à secretaria se pessoalmente há algum inscrito. (Pausa) Eu vou começar pelas pessoas presentes que estão inscritas. Até pela localidade, fica mais prático.

Lembro aos senhores que quem quiser fazer uso da palavra, basta se dirigir a nossa secretaria à esquerda.

Lembro a todos que o prazo regimental para manifestações é de três minutos. Eu vou pedir a nossa assessoria que disponibilize o cronômetro, para que o orador possa acompanhar o tempo de sua fala. Lembro que isso não é uma determinação desta Presidência, mas sim do Regimento Interno e a nossa obrigação, enquanto Presidente e enquanto Vereadores da Mesa, é fazer o cumprimento.

Tem a palavra o Sr. Nelson Watanabe, do gabinete do Vereador Aurélio Nomura. Muito obrigado pela presença.

O SR. NELSON SATOCHI WATANABE – Muito obrigado, Presidente.

Quero cumprimentar o Presidente da Mesa, Vereador Rubinho Nunes. Em seu nome, cumprimento os demais integrantes.

Eu vou apresentar aqui duas propostas de emendas ao PDE, que serão apresentadas futuramente pelo Vereador Aurélio Nomura. A primeira requer a inclusão de um artigo com a seguinte redação: “A implantação de empreendimento em áreas que tenham como origem o remembramento de lotes, com área resultante em 500 metros quadrados ou mais, dependerá de adesão do interessado aos parâmetros de parcelamento, uso e ocupação do solo, mediante o pagamento de contrapartida financeira equivalente a 10% do valor da outorga onerosa do direito de construir”.

A segunda emenda proposta pelo Vereador requer a inclusão do artigo 365-A na lei 16.050, de 2014, do PDE. Bom, esse artigo que será apresentado estabelece a elaboração de projeto específico para implantação da Esplanada Liberdade, que revitalizará aquele bairro de grande importância cultural, histórica, turística e econômica. A Esplanada será formada por três lajes sobre a ligação Leste-Oeste. Ela ligará três viadutos que cortam ali o bairro. Seria uma

ligação entre a Avenida da Liberdade até a Rua Galvão Bueno, ligando os Viadutos Guilherme de Almeida e Viaduto Cidade de Osaka. Outra laje seria construir da Rua Galvão Bueno até a Rua da Glória, ligando o Viaduto Cidade de Osaka e Cidade Mie Ken, e a terceira entre a Rua da Glória até a Rua Conselheiro Furtado, ligando o Viaduto Mie Ken até o Viaduto Galvão Bueno. Ou seja, a Esplanada da Liberdade seria uma grande laje ali, que ocuparia uma laje aérea, que ocuparia da Avenida Liberdade até a Rua Conselheiro Furtado, ali em baixo, já próximo ao Glicério. Ele ligaria esses três viadutos.

É isso, Sr. Presidente, muito obrigado pela palavra.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Quero convidar, agora, o Sr. Fernando Gasperini, Diretor da Planurb, para que faça a apresentação do Poder Executivo.

O SR. FERNANDO HENRIQUE GASPERINI – Boa tarde a todas e a todos os presentes. Essa apresentação estamos fazendo em todas as audiências temáticas, aqui, na Câmara Municipal. Ela traz uma primeira parte mais geral em relação ao processo participativo e, depois, de acordo com o tema da audiência, trazemos alguns esclarecimentos em relação ao tema.

- O orador passa a se referir a imagens exibidas na tela de projeção.

O SR. FERNANDO HENRIQUE GASPERINI – Essa é a estrutura da apresentação. Pode passar. Essa revisão do Plano Diretor é uma revisão intermediária, o que significa que não estamos discutindo um novo Plano Diretor da Cidade, mas sim o aperfeiçoamento do Plano atual, que foi aprovado em 2014, e tem uma vigência de 15 anos, até 2029.

Sendo uma revisão de aperfeiçoamento do Plano existente, todos os objetivos e diretrizes do Plano Diretor devem permanecer. O que se busca são aperfeiçoamentos dos seus instrumentos e dos meios para que tenhamos uma melhoria na Cidade como um todo.

Essa revisão no Poder Executivo ocorreu em três etapas sucessivas, acompanhada do processo participativo em cada etapa.

Essa é a linha do tempo do processo no Executivo. Em cada etapa temos, sempre, relatórios técnicos que demonstram todos os assuntos, como eles evoluíram de 2014 até o início, o momento da revisão, e destacado em azul os canais de participação utilizados em cada etapa.

Em relação às modalidades de participação, tivemos, no canal de consultas públicas da Prefeitura, que é o Participe+, e nos formulários *on-line* foram os canais que recebemos o maior número de contribuições: cerca de 4,4 mil contribuições somente na etapa final, a Etapa 3.

Esse *slide* agora mostra uma síntese dos principais assuntos que foram objeto de contribuições da população: o principal em relação às áreas verdes; o segundo em relação aos eixos de estruturação e transformação urbana; e, depois, em relação ao sistema de planejamento.

O projeto de lei final tem 75 artigos, divididos em 12 capítulos, e é fruto, tanto das contribuições da população no decorrer do processo participativo, quanto da avaliação técnica e jurídica das equipes da Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento, e também do debate com as demais Secretarias e setores da Prefeitura de São Paulo. Então é um processo gradativo de aprofundamento a partir de: um diagnóstico inicial; da definição de um escopo da revisão, que são os assuntos que deviam ser objeto de aperfeiçoamento; dessa análise técnica entre secretarias; da elaboração de uma primeira versão do projeto de lei, que é essa minuta que foi a base da Etapa 3; até chegarmos aqui no momento em que estamos, discutindo, portanto, a proposta enviada pelo Executivo à Câmara Municipal para revisão do Plano.

Entrando, agora, no tema de hoje, em relação ao ordenamento territorial que corresponde tanto ao Título II do Plano que é ‘como a Cidade deve se organizar’ e também ao ‘conjunto urbanístico de ordenamento e reestruturação urbana’.

Então, nas Disposições Preliminares da lei, temos uma corrigenda do termo PIU que, atualmente, significa Projeto de Intervenção Urbana, para Plano de Intervenção Urbana.

Em relação aos Eixos de Estruturação e Transformação Urbana que são as áreas localizadas próximas aos sistemas de transporte, onde o Plano Diretor definiu um maior

adensamento população, há uma definição de prazos para os PIUs Arco Tietê e Arco Leste, até 2024. Os outros dois itens são definições de critérios para a ativação de eixos localizados em trechos do sistema de transporte que passaram por alterações de traçado no decorrer do seu desenvolvimento.

Entrando no item Instrumentos de Ordenamento e Reestruturação Urbana, eu já mencionei o primeiro item, o aprimoramento da conceituação dos PIUs como Planos de Intervenção Urbana, que objetivam a produção de estudos técnicos mediante participação social. A partir da definição na Lei de Zoneamento, na Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo, de determinação e desenvolvimento de Plano de Intervenção Urbana em Zonas de Ocupação Especial, o Plano Diretor trouxe essa distinção entre PIUs de Ordenamento e Estruturação Urbana, que são os PIUs de maior escala, e os específicos para ZOE. Os PIUs são esses estudos que vão definir, ao final, quais instrumentos são os mais adequados para intervenção em cada território, de acordo com a situação específica de cada projeto.

À direita do *slide*, aparecem as possibilidades de uso de outros instrumentos, que são: Operação Urbana Consorciadas; Concessão Urbanística; Área de Intervenção Urbana; Área de Estruturação Local e Reordenamento Urbanístico Integrado.

Já havia a possibilidade de elaboração de Planos de Intervenção Urbana a pedido de proprietários mediante manifestação de interesse privado no decreto regulamentador dos PIUs, de 2016. Isso foi trazido para o PDE também, com possibilidade de elaboração mediante manifestação de outros entes federativos. Já houve casos em que o Governo do Estado de São Paulo solicitou o desenvolvimento de um projeto. Foi feito também esse aperfeiçoamento.

Nesses casos, o papel do Poder Executivo Municipal, da Prefeitura é avaliar o interesse público da iniciativa, se ela é compatível com o Plano Diretor, com a política urbana, orientar a elaboração dos estudos técnicos, promover a devida participação social e consolidar as propostas em regulação específica.

Nos perímetros objeto de PIU, de Ordenamento e Reestruturação Urbana, há a previsão de possibilidade de estabelecimento por lei específica de medidas preventivas para

evitar alterações que possam comprometer a viabilidade das intervenções, que já estava no Plano Diretor vigente. A previsão de possibilidade de participação da população moradora de ZEIS diretamente nos canais de participação dos PIUs ou através do Conselho Gestor de ZEIS, se já tiver sido constituído. Em casos de sobreposição de áreas ZEIS com o Planos de Intervenção Urbana, se os Planos de Urbanização de ZEIS já tiverem sido desenvolvidos, os PIUs devem absorver as diretrizes e intervenções previstas nessas áreas. Se houver uma situação contrária, um Plano de Intervenção Urbana a ser desenvolvido em uma área onde já existem ZEIS, mas ainda não constituído o Conselho Gestor, esses Conselhos devem ser constituídos e eles devem ter uma integração entre o projeto específico das leis e o Plano De Intervenção Urbana.

Houve um aprimoramento conceitual do PIU-ZOE em relação ao que está na Lei de Zoneamento e no decreto no sentido de PIU-ZOE que apresentarem Programas de Intervenção Urbana e mecanismos de financiamento devam contar necessariamente com instrumentos de ordenamento, os mencionados por mim anteriormente, e seu respectivo modelo de gestão democrática e controle social.

Por fim, regulamenta que o PIU-ZOE deve ser elaborado previamente ao desencadeamento de processos de concessão de uso de equipamentos públicos e sociais localizados em Zonas de Ocupação Especial.

Em relação às Operações Urbanas Consorciadas, a previsão de elaboração de um plano de reassentamento é realizada pela Secretaria de Habitação, aprovada pela população a ser removida; regulamentação por lei específica sobre regra de transição, aplicáveis à finalização de Operações Urbanas em vigor. O terceiro item é similar ao das Áreas de Intervenção Urbana, que é o outro instrumento, que é uma ampliação do percentual de 25% para 30% no percentual mínimo de aplicação dos recursos específicos arrecadados em cada uma dessas áreas para Habitação de Interesse Social.

Em relação à Política de Desenvolvimento Econômico e Sustentável, existia outro tipo de perímetro, que é o perímetro de incentivo ao desenvolvimento econômico que estava

inserido tanto dentro da Macroárea de Estruturação Metropolitana e tinham perímetros localizados fora. Então houve uma alteração no sentido de articular os Planos de Intervenção Urbana com os Polos Estratégicos de Desenvolvimento Econômico na periferia.

Acabei de mencionar, como os Polos Estratégicos absorveram os perímetros de incentivo ao desenvolvimento econômico, houve um reenquadramento dos trechos situados nesse território, que é Macroárea de Estruturação Metropolitana, como centralidades polares ou lineares.

Em relação às Disposições Finais e Transitórias, há permissão para que a Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo reveja os limites de áreas de influência dos Eixos de Estruturação e Transformação Urbana nos termos do Artigo 77 do Plano Diretor.

É isso. Agradeço a oportunidade. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Muito obrigado.

Quero registrar a presença do ex-Vereador e sempre Deputado Goulart. Agradeço a presença dele, pai do nosso relator Vereador Rodrigo Goulart. Agradeço e registro a presença também da Vereadora Luana Alves e do Vereador Alessandro Guedes.

Convido, agora, a Sra. Laurita Salles, do grupo Pró-Pinheiros para que faça suas considerações.

Relembro a população que as inscrições para fala continuam abertas.

A SRA. LAURITA RICARDO DE SALLES – Boa tarde a todos.

Estou aqui em nome do Movimento Pró-Pinheiros, que é o movimento que defende a região de Pinheiros, e também fazemos parte da Frente de São Paulo pela Vida.

Hoje, então, vamos ressaltar as questões relativas ao território e queremos solicitar que nas Disposições Transitórias haja um adendo de algumas considerações que já existem no PL enviado pela SMUL referente à questão do Artigo 77, na ZEU. É previsto e até hoje não implementado o Artigo autoaplicável no PDE o qual diz que: “poderão as zonas de interesse urbanístico, paisagístico ou cultural serem preservadas mediante a modificação do zoneamento.”

O que está acontecendo em Pinheiros e em todas as regiões já mais antigas da

cidade, bairros consolidados é a destruição. Vou falar três vezes: destruição. Três vezes: destruição da memória viva e dos modos de vida da cidade, seja em vilas, seja em microrregiões históricas inclusive.

Ou seja, a ZEPEC - e isso é dito inclusive por muitos arquitetos e urbanistas - não é suficiente para preservar as várias tipologias urbanas que existem na cidade. Da maneira como está, está acontecendo a destruição para virem prédios que absolutamente, pelo menos nessas regiões, não resolvem a questão social coisa nenhuma e estão, na verdade, trazendo enchente com mortes, como em Moema. É isso que nós estamos vendo.

Portanto, solicitamos que nessa Disposição Transitória referente ao artigo 77 que a SMUL reconhece a necessidade de implementar porque ela está no Plano Diretor. Já que é para fazer isso funcionar, tem que fazer funcionar. Ou seja, o Artigo 77 tem de ser implementado.

Solicitamos que se resolva a efetiva aplicabilidade através de um decreto resolutivo, de imediato, referente ao Artigo 77, do PDE, onde esteja escrito: metodologia para elaboração dos estudos; mecanismo de legitimação, aprovação, com participação social; processos e prazos para elaboração de lei específica. Ou seja, é preciso fazer a lei de zoneamento, tem uma lei específica para isso. Ou que se faça a tempo dessa que se pretende fazer para poder tirar os miolos, liberar os miolos, que é um absurdo, e não vão fazer isso daqui?

E também, a gente solicita que tenha um prazo nas disposições transitórias e as referências, as quais falei. Solicito encarecidamente aos Srs. Vereadores, se os senhores têm respeito pela história desta Cidade.

A segunda coisa que pedimos, a lei das vilas, o Art. 64, também ser previsto nas disposições transitórias, para que não haja remembramento interno aos lotes, por que o que as incorporadoras fazem? Elas compram os internos aos lotes e aí o Art. 64, que protege o entorno deixa de existir.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Obrigado, Sra. Laurita.

Convido agora o Sr. Nilton de Oliveira, do Corredor do Sabará. Sr. Nilton, até para

facilitar quero lembrar que aqui constará o tempo, até para que a gente acompanhe.

O SR. NILTON DE OLIVEIRA – Obrigado, Sr. Presidente, Srs. Vereadores, população presente nesta audiência pública.

Quando você vê alguém com uma camiseta preta escrito “Não Corredor Sabará”, impacta dizer, alguém pode ser contra um corredor de ônibus na cidade de São Paulo?

Mas a ideia é chamar a atenção. Nenhum morador, nenhum comerciante, ninguém, a população que mora na Av. Sabará, na zona Sul de São Paulo, é contra corredor de ônibus. Somos contra do jeito que está sendo feito, do jeito que está sendo proposto, sem ouvir a população, sem ouvir a sociedade, pelos tecnocratas da Secretaria de Transportes.

A Av. Sabará é um polo de comércio, de moradores antigos, de pessoas que vivem e residem naquele lugar. Então, queremos ser ouvidos, não é possível que o poder econômico chegue e expulse, tire emprego do comércio, expulse os moradores que estão lá há 20, 30 anos, e crie outro tipo de moradia, crie outro tipo de condição econômica. É isso que não queremos.

Existe proposta alternativa, os comerciantes já entregaram documento para o Vereador Rodrigo Goulart, que é o Relator da Revisão do Plano Diretor. E nós, do Condomínio Sabará, que temos 14 torres, 3 mil pessoas, agora não sabemos, estamos espremidos entre três decretos de utilidade pública, o 61.528/22; 61.002/22 e o 59.222/20. Quer dizer, o corredor Sabará pega um pedaço do nosso Condomínio, o Miguel Yunes pega um outro pedaço e tem um terceiro que não sabemos o que é, não conseguimos obter informação. E as pessoas que estão lá não conseguem dormir direito, temos uma população idosa.

Então, alguém vai dizer, o que isso tem a ver com o Plano Diretor? Nós estamos na Câmara Municipal de São Paulo, vamos visitar o gabinete dos 55 Vereadores e queremos ser ouvidos. Queremos saber o que a Prefeitura pretende construir naquele local para invadir um Condomínio com 14 torres e 3 mil famílias, para construir o quê no lugar? É só essa a pergunta que queremos saber e até agora não soubemos.

Então, as propostas que os comerciantes têm são: não queremos perder emprego, queremos sim que a Sabará seja revitalizada. Temos a Av. Miguel Yunes, que é uma avenida

larga, enorme, é possível fazer corredor lá sem desapropriar uma única residência. E é isso que queremos, que vá alguém, um Secretário.

Amanhã temos uma reunião com o Secretário de Licenciamento Urbano, espero que ele possa esclarecer essas dúvidas que estamos trazendo aqui. E nós queremos ser ouvidos, é isso que nós queremos, pessoal, nada mais. O que não dá é para a gente dormir com três decretos de utilidade pública na nossa cabeça. Isso, nós não podemos aceitar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Obrigado.

Convido agora o Sr. Arlindo Amaro, arquiteto do Ipiranga.

O SR. ARLINDO AMARO – Boa tarde.

Sou morador da região do Ipiranga. Eu quero até contrariar um pouquinho o cidadão que fez a apresentação: O Plano Diretor está sendo revisado e sem mostrar o que foi feito. Por ora, estamos fazendo alguma coisa de melhoria no Plano Diretor, mas o que foi feito? O que deu errado para se fazer essa reformulação no Plano Diretor?

Nós temos os planos de bairros engavetados, nós temos as moradias que foram propostas no Plano Diretor 2002. O Plano Diretor 2014 é um Ctrl c + Ctrl v do Plano Diretor 2012, da Lei 13.430/2002, o que foi feito nas subprefeituras primeiro para depois vir para a Câmara Municipal. Agora estamos fazendo o contrário. Eu nem sei se vai ter audiência pública nas subprefeituras.

Eixo de estruturação, parque linear, o saneamento, moradia: na época, deram até uma revista para a turma sobre habitação. Então, isso está guardado, ninguém sabe onde está. Hoje nós temos 4,5 milhões de pessoas morando na favela, em cima do córrego podre, e a Câmara Municipal está fazendo revisão de uma coisa que não fizeram.

Em 2002, nós tivemos aqui: “O que queremos em São Paulo para 2010?”, e hoje nós estamos vendo o que temos em São Paulo: 45.000 pessoas morando nas ruas; 4,5 milhões de pessoas morando na favela. A cidade está muito bonita, é isso que a gente queria de 2000 a 2010, e nós temos que agradecer isso aos 55 fiscais desta Câmara Municipal que dizem que são

os zeladores da cidade.

Parece que eles não andam pelo Parque Dom Pedro, na Praça da Sé, na Praça da República, na Praça da Luz, porque ninguém consegue andar pela cidade de São Paulo: é buraco, é entulho, é sujeira para tudo quanto é lado. São 32 Subprefeituras com cargos indicados pelos Vereadores da cidade de São Paulo, que usam a subprefeitura como gabinete eleitoral.

O subprefeito está lá e você pergunta para ele: “Cadê os planos de bairro?”, ele responde: “Ah, para com isso! Vem falar sobre plano de bairro”. Então, não existe conversa do subprefeito com as outras subprefeituras, com a Região Metropolitana. Nós temos 39 municípios que banham a cidade de São Paulo e não se vê nenhum subprefeito falar de chamar o conselho participativo para ir à subprefeitura, para mostrar os Planos de Meta.

O Prefeito de São Paulo aumentou os seus Planos de Meta, mas será que vai dar para ele cumprir? O Prefeito Doria prometeu 145 planos de meta, e ele não fez 40. E não vi cobrança dos Vereadores a Câmara Municipal, dizendo que são os fiscais.

Gente, em 2024, teremos eleições. Se você gostar do “quanto pior, melhor”, que seja bendito. Um abraço.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Obrigado.

Convido o Sr. Sérgio Reze, do Movimento Defenda São Paulo.

O SR. SÉRGIO REZE – Boa tarde, Sras. e Srs. Vereadores, todos os que estavam conosco lá fora.

Eu sinto muito que a maioria de vocês não estava hoje lá embaixo com a gente, porque o que eu vou tentar expressar aqui já foi dito lá. Vocês deveriam ter estado lá. Alguns estiveram. Então, eu vou inverter um pouco. Eu vou perguntar: gente, vocês acham... se sentem contemplados... e acham que o processo, na Prefeitura, participativo foi suficiente?

- O público presente responde “não”.

O SR. SÉRGIO REZE – Vocês acham que esse processo com 50 e tantas audiências como o Vereador Rubinho disse, em dois meses, é um processo atropelado ou é um processo

que vai ser suficientemente inclusivo?

- O público presente responde “atropelado”.

O SR. SÉRGIO REZE – Gente, o que é que a gente tem que pedir para vocês que está na nossa carta que vai ser lida aqui hoje: o Estatuto da Cidade garante, minha gente, a plena participação popular e o pleno controle popular. Num processo tão sério como este, numa cidade combalida, em que enchentes matam pessoas; em que não tem moradia básica, a gente pede para vocês um processo participativo com calma. Dá muito bem.

Vereador Rubinho, vou fazer um contraponto ao senhor: vamos esticar esse processo e vamos criar um procedimento; vamos criar regras do processo; vamos explicar qual vai ser o regramento; como é que vão ser acolhidas ou não.

Outra pergunta: alguém entendeu o que foi mostrado tecnicamente?

- O público presente responde “não”.

O SR. SÉRGIO REZE – Como é que pode haver participação popular, gente, sem compreensão, apreensão do conteúdo?

Então, é só isso o que eu tenho a pedir. A nossa carta da Frente São Paulo pela Vida foi protocolada agora. A gente pede, seriamente, que vocês parem esse processo da forma como estão fazendo e que tudo recomece, mas de um jeito pactuado com a sociedade civil e num prazo tranquilo, para que a gente, ao fim e ao cabo, chegue numa pactuação que não vire um problema posterior.

Está nas mãos de vocês, agora.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Obrigado, Sr. Sérgio. A carta que o senhor protocolou está aqui já? Se o senhor tiver uma cópia e puder trazer, diretamente, a mim, encaminho para os demais Vereadores. Obrigado. Ótimo. Já está conosco. (Palmas)

Convido, agora, o Sr. Edson Luiz Basílio, do MTST. (Pausa)

Vamos ao próximo, Sra. Renata Esteves.

A SRA. RENATA ESTEVES – Srs. Vereadores, boa tarde a todos.

Eu até achei que não estava inscrita mais, então, me desculpem. Vou falar rapidamente que eu reitero o que o Sérgio disse. Queria dizer que eu sou advogada, do movimento Defenda São Paulo.

Não poderia deixar de falar da lei e da Constituição, a participação popular não é uma opção. A participação popular é uma exigência da Constituição e do Estatuto da Cidade na elaboração do planejamento urbano.

O que acontece nesse processo não há como negar – vou repetir: não há como negar – houve uma exclusão absoluta da população do processo de elaboração da revisão do Plano Diretor. Não houve nenhuma participação social na fase do Executivo. A proposta que foi enviada pelo Sr. Prefeito Ricardo Nunes à Câmara não corresponde ao que a população de São Paulo quer. Ela corresponde aos anseios do mercado financeiro e do mercado imobiliário. (Palmas) Ela não contempla a garantia de nenhuma habitação social na cidade de São Paulo; não contempla a garantia de constituição de Conselhos de ZEIS e, portanto, de controle social da produção de habitação social na cidade de São Paulo. Ela é um imenso retrocesso ambiental. Podem dizer o que quiserem. Eu desafio quem puder a me mostrar, no texto da revisão do Plano Diretor, onde estão essas garantias.

Numa das audiências públicas, o Vereador Rubinho Nunes, em resposta a essa minha pergunta de “onde está, em que artigos estão a garantia de produção de habitação social”, o Vereador leu o artigo da cota de solidariedade. E aí eu fiquei absolutamente tranquila, porque o que eu afirmei, ele confirmou. Se o que ele acha, ou o que os Vereadores acham ou o que o Poder Executivo acha, que é garantia para produção de habitação social é o artigo da cota de solidariedade, então aí está a prova de que nenhuma habitação social será garantidamente produzida na cidade, porque o artigo não garante absolutamente nada.

Então, uma coisa é o discurso, outra é o que está escrito na lei. E como o Poder Público é obrigado a obedecer ao princípio da estrita legalidade, depois, quando a lei estiver aprovada e se estiver aprovada, e a gente espera que não esteja, eles vão dizer que estão cumprindo a lei. E realmente estão, porque na lei não estará a garantia e eles não estarão com

obrigação de fazer nenhuma produção de habitação social, a partir do que a lei está dizendo.

Por isso o nosso pedido aqui é um só, e isso está numa carta...

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Para concluir, Sra. Renata.

A SRA. RENATA ESTEVES – Eu já estou concluindo.

Isso está numa carta da Frente São Paulo pela Vida ao Vereador Milton Leite, para que ele devolva ao Poder Executivo esse projeto de lei, porque ele é inconstitucional, ele é ilegal, ele não é o que a população de São Paulo pretende para que, no Poder Executivo, o Sr. Prefeito reabra, reabra não, abra o processo de participação social para que a cidade seja o que a sua população quer e não um plano de negócio imobiliário, como o texto do projeto de lei contém.

Muito obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Obrigado, Sra. Renata Esteves. Convido agora o Sr. João Moreirão.

O SR. JOÃO MOREIRÃO – Boa tarde, Sr. Presidente. O senhor sabe que quando eu tiro o chapéu, eu fico bravo, mas como eu estou com dor de dente, vou falar pouco.

Eu vou falar o seguinte, dando continuidade ao que falou a Dra. Renata, o problema é o seguinte, ora bem, a Prefeitura apresenta números e é verdade que ela está obrigada ao estrito cumprimento da legalidade, mas ela só cumpre essa obrigação no que agrada ao poder econômico, porque o Plano Diretor foi aplicado à exaustão naquilo que interessava às incorporadoras, os eixos de estruturação urbana. O resto, parques, moradia popular etc. ninguém lembrou de ler o que está lá escrito e no projeto de revisão aproveita: já que não fizemos, vamos nos comprometer com menos que é para a gente deixar de fazer menos.

O problema é que realmente não houve participação social e a Prefeitura apresenta números, 12 mil contribuições e tal, só tem um problema, não tem uma vírgula, uma vírgula das contribuições que foram feitas pela sociedade civil. Portanto, não teve participação, porque não é admissível que nós sejamos 12 milhões de idiotas incapazes de fazer uma contribuição útil ao Plano Diretor. Essa é a realidade. (Palmas)

E como não somos 12 milhões de idiotas, estamos com uma ideia, que aparece muito

na nossa cabeça, a gente fica muito com a sensação de que a Prefeitura trocou a participação social pela participação societária. Essa é a sensação que nos dá. (Palmas)

Por isso eu apelo aos senhores que devolvam esse projeto criminoso, que só vai piorar o que já está ruim, devolvam para o Executivo e que nós comecemos com um processo sério, porque do jeito que a gente vê essa discussão, com 53 ou 55 audiências, em dias da semana, às 10 da manhã, uma da tarde, cinco da tarde, algumas às oito da manhã, nos sábados, corremos o risco de que a Câmara esteja fazendo a mesma opção antissocial que o Executivo fez, e isso é muito ruim. Porque no Executivo ninguém foi eleito. Não existe ninguém eleito lá.

Agora, na Câmara os senhores foram eleitos para nos representar, mas não para nos substituir. (Palmas) Esse direito de discutir o planejamento da cidade é um direito inalienável, é um direito inalienável dos cidadãos. Portanto, peço aos senhores que cumpram o dever da representação que receberam e organizem uma ampla e profunda discussão social, devolvendo o que não presta para a Prefeitura.

Concluindo, é isso. Obrigado pela atenção. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Obrigado, Sr. João Moreirão.

Quero registrar e agradecer a presença do Vereador Eliseu Gabriel. E queria aproveitar para fazer um esclarecimento de forma a elucidar um ponto que eu tenho ouvido de forma insistente, que é justamente sobre a devolução do projeto ao Executivo.

Vejam, o Executivo elaborou um projeto. Seja ele bom ou ruim, ele foi encaminhado para a Câmara. Não é papel da Câmara carimbar esse projeto, mas sim modificá-lo, melhorá-lo, ampliá-lo, reduzi-lo. É justamente para isso que servem as audiências públicas, a tramitação interna na Câmara, nas comissões, o debate. Quem cumpre inicialmente esse procedimento é justamente o Relator, nosso Vereador Rodrigo Goulart, que está atento em todas as audiências públicas, tomando nota das contribuições dos senhores.

Após esse relatório, que é votado na Comissão de Política Urbana, essa comissão que tem conduzido essas audiências, esse projeto vai à discussão em plenário da Câmara. Novamente, ele pode ser objeto de substitutivo, de emendas, para que ele seja ampliado,

reduzido, modificado para os mais variados temas que competem ao PDE. Portanto, quando a gente fala em devolução do projeto ao Executivo, a gente está falando na realidade de suprimir a competência do Poder Legislativo, que é justamente de modificar e de fazer leis, e principalmente a participação das pessoas nas audiências públicas.

As audiências públicas são realizadas justamente para que as pessoas tenham a participação popular e é justamente esse...

- Manifestações na galeria.
- O Sr. Presidente faz soar a campainha.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – É justamente esse o papel do Relator Rodrigo Goulart.

- Manifestações na galeria.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Para dar prosseguimento, convido o Sr. Guilherme Formicki, do Gabinete da Cidade. Tem a palavra, Sr. Guilherme Formicki.

- Manifestações na galeria.
- O Sr. Presidente faz soar a campainha.

O SR. GUILHERME FORMICKI – Boa tarde a todas, todos e todes.

Eu falo em nome do Gabinete da Cidade, que é uma iniciativa do Diretório Municipal do Partido Socialista Brasileiro, idealizado pela Deputada Tabata Amaral e também pela Fundação João Mangabeira.

A gente está aqui para pedir, encarecidamente, atenção à Cota de Solidariedade. Nós submetemos uma proposta, inclusive, à SMUL e a gente pede que a Cota de Solidariedade seja tratada de uma maneira com muita seriedade nessa revisão do Plano Diretor. O que a gente tem hoje é que Habitação de Interesse Social não está sendo produzida de acordo com o que se deve e com o que se espera na Cidade.

A Cota de Solidariedade pede que grandes empreendimentos imobiliários doem 10% para construção de moradia social, moradia popular, HIS 1 e 2 na cidade, ou que se doe o equivalente ao Fundo de Desenvolvimento Urbano. Pois bem, o Fundo de Desenvolvimento

Urbano está recebendo muito dinheiro e não está sendo construída habitação social.

Além disso, a gente suspeita que muitos empreendimentos estão desmembrando lotes para que eles não se adequem à Cota de Solidariedade e, assim, não tenham que cumprir a cota de moradia popular.

Então, o que a gente pede é que, primeiro, o número limite para você ter que se adequar à Cota de Solidariedade seja menor, não 20 mil m², mas 10 mil m²; e para que a gente consiga produzir mais na Macroárea de Estruturação Metropolitana, que concentra mais empregos, ou na Macroárea de Urbanização Consolidada. A gente também pede para que a porcentagem que seja ao Fundurb seja maior, não 10%, 15% ou até 20%, como está na minuta agora, para que o Fundurb não seja a primeira iniciativa para a qual os grandes empreendedores vão recorrer, porque o que a gente quer não é dinheiro no Fundo Imobiliário sendo usado para usos que talvez não sejam o que a gente gostaria, e que, sim, seja construída moradia social, moradia popular.

Por fim, a gente pede também para que olhem para locação social, porque a população também precisa, pois pode recorrer a esse meio. Se parte do que vai para o Fundurb fosse, de fato, aplicada como deveria, mas isso não está ocorrendo, nenhum centavo está indo para locação social. Talvez a gente consiga equacionar de outra maneira, como alternativa que não seja apenas - não que não deva acontecer - propriedade privada, mas também a propriedade coletiva, para que a população tenha moradia digna nas regiões mais centrais da cidade.

É isso que a gente pede. Agradecemos mais uma vez a oportunidade de estar aqui falando. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Obrigado, Sr. Guilherme. Agradeço pelas ponderações.

Convido agora a Sra. Daiane da Silva, Comunidade Vila dos Heróis.

A SRA. DAIANE DA SILVA – Boa tarde a todos, boa tarde aos companheiros, boa tarde à Câmara.

Meu nome é Daiane, sou da zona Norte de São Paulo, represento a Comunidade

Vila dos Heróis, que tem 80 famílias e mais de 30 crianças.

Infelizmente, estamos residindo numa comunidade na Inajar de Souza, que, infelizmente, faz parte desse Plano Diretor. Eu concordo que não faz parte da Constituição, porque se estivesse mesmo fazendo parte da Constituição, estariam todos os planos favoráveis aos moradores, principalmente, para habitação. Inclusive, para as áreas urbanas e áreas verdes também.

A nossa comunidade faz parte de eixo, ela entra nesse Plano, onde que vão parar as 30 crianças e as 80 famílias que fazem parte da nossa comunidade. Moro na Inajar há 35 anos, também já vi a Inajar de Souza sendo alvo de enchente. Em 35 anos eu nunca vi nem um congresso, Câmara, nem Vereador fazendo nada para acabar com as enchentes na Inajar de Souza. Como eu, milhares de pessoas perderam muitas coisas nas suas casas. Onde vão parar essas crianças e essas famílias?

O pessoal do Peri, se vocês forem fazer, onde vão deixar essas crianças e as pessoas que precisam? Onde vão ser deixadas? Elas vão ser o quê? Serão taxadas lá para fora, sendo mais humilhadas do que já estão? Sofrendo mais do que já estão? Não tem moradia, não tem emprego, não tem absolutamente nada. É só comércio onde elas moram. Nem a porcentagem de lucro elas vão ter. Elas vão perder as suas casas que construíram há anos, tendo moradias de mais de milhões de reais que vão colocar em milhares de prédios. E aí?

Onde fica o Congresso? Onde fica a Câmara? Quero saber. Quero entender a Constituição, gente. A participação pela Constituição, porque até hoje, nos meus 35 anos, eu não estou vendo ninguém, nenhum Vereador fazendo coisas baseadas na Constituição. Não está acontecendo e, pelo visto, não vai acontecer.

Se nós todos nos unirmos para acabar com esse Plano Diretor que eu não concordo. É isso, gente. Boa tarde. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Obrigado, Sra. Daiane.

Convido agora a Sra. Verinha, da UMM, São Paulo, zona Oeste.

A SRA. VERINHA – Boa tarde, povo de luta. Eu estou indignada porque eu não vim

para cantar. Eu não sou o Roberto Carlos. Infelizmente, tenho de ficar com este microfone, porque o bom é falarmos com o povo, olhando para o povo.

Quero dizer o seguinte, gente: tenho muito orgulho de ser da União dos Movimentos de Moradia. Onde está o povo da União? Essa entidade só tem 35 anos de luta e defende as famílias de baixa renda. Sou, também, conselheira do Conselho Municipal de Habitação. Uma eleição que aconteceu agora, em novembro, foi um processo difícil, mas levamos. Não elegemos 16, mas elegemos oito conselheiros e estamos, sim – inclusive, eu –, na executiva do Conselho Municipal de Habitação, defendendo pessoas que merecem. Eu tenho muito orgulho.

Inclusive, várias pessoas falaram antes de mim e, realmente, gente, a cidade de São Paulo está um desgoverno. É uma falta de respeito com o povo da cidade de São Paulo. Sabem o que isso merece, gente? Aquela vaia bem gostosa, porque é uma falta de respeito com a população. Eu, com meus 55 anos de idade, fui criada na periferia, no Jardim Elisa Maria, na Brasilândia. Hoje, eu tenho vergonha de vir para o Centro da cidade, que é a capital. Em que capital nós estamos? Que sistema é esse?

Eu não vou dizer nome, pois não vou endeusar ninguém. Vereadores que estão aqui, o que está acontecendo na cidade de São Paulo e, em especial, onde eu moro, no Jaraguá? O povo do gueto está sendo despejado, com auxílio de 400 reais, o que é uma vergonha, e o dinheiro da habitação está sendo para vias. Agora, eu estou entendendo. Estão querendo tirar famílias do Sabará. Olhem, que coisa doida: em vez de construir habitação, tiram dinheiro de habitação, que é para o povo ter uma moradia digna. Que coincidência, não é, gente? Aí, tiram o povo do Sabará. Aí, fazem asfalto. Não é que sejamos contra. Eu também dirijo. Eu tenho carro. Eu quero andar em uma via com segurança, mas o recurso não está sendo discutido com a participação popular. É com isso que ficamos indignados, porque, se, pelo menos, consultassem a população sobre o que fazer... Mas, não: é trator em cima de trator.

Gente, para vocês terem ideia, não queria falar não, mas vou falar. Vereador Eliseu Gabriel, que vergonha é aquela, na Raimundo Pereira de Magalhães? A MRV está construindo mais de 10 mil unidades. É uma vergonha. Aí, Vereador Eliseu Gabriel, o senhor diz que é

Vereador de lá. Hoje, eu moro no Pan-Americano. A cada dia estamos mais apertados. Nós, que moramos na periferia, agora, também estamos sendo expulsos pelo mercado imobiliário. Que acordos são esses, Vereadores? É uma vergonha o desgoverno desse Prefeito.

Temos de continuar juntos. Se tivermos de ocupar e acampar, vamos fazê-lo.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Obrigado, Sra. Verinha. Convido, agora, o Sr. Antônio Pedro de Souza, o Tonhão, da FACESP.

O SR. ANTÔNIO PEDRO DE SOUZA – Eu sou o Tonhão. Sou da FACESP, Federação das Associações Comunitárias do Estado de São Paulo. Boa noite a todas as pessoas presentes. Saúdo, principalmente, a maior parte dos que estão aqui, neste momento, os que estiveram lá fora desde as 14h, no grande ato que nós fizemos, dos movimentos e associações de bairro contra essa revisão do Plano Diretor. Saúdo, principalmente, os movimentos de moradia que lotaram este plenário. Solicito uma salva de palmas às nossas lideranças, aos nossos lutadores e lutadoras. (Palmas)

Em segundo lugar, coube-me a tarefa de ler a carta da frente que nós compomos, com o conjunto de movimentos e entidades que aqui estão. Segue ao Sr. Rubinho Nunes e ao Relator, Vereador Rodrigo Goulart, esta carta, que nós vamos protocolar aqui, ao término.

“A Frente São Paulo Pela Vida, movimento que congrega cerca de 500 entidades de todas as regiões e seguimento da cidade de São Paulo, buscando efetiva participação social no processo de revisão do Plano Diretor da cidade de São Paulo, como exige a Constituição Federal no Estatuto da Cidade. Venho por meio desta carta, em ato dia 27/4 - ou seja, hoje - em frente à Câmara Municipal de São Paulo, declarar Plano Diretor sem povo, não é democracia. (Palmas)

O projeto de lei de revisão do Plano Diretor apresentado pelo Executivo, elaborado sem participação social, chegou à Câmara Municipal em 21/3 e, apressadamente, foram aprovadas 55 audiências públicas, 40 já marcadas. O número impressiona, mas algumas audiências são no meio do dia. A maioria em horário de trabalho: às 10, às 13 e às 17h00. Tudo em apenas dois meses. Assim não dá para discutir esse tema complexo, dramático para o futuro da cidade. A Frente São Paulo pela Vida, repudia esse teatro de participação esvaziada. O povo

exige o que é de direito seu. Que é ter voz nessa revisão e quer discutir temas de interesse público que estão sendo ignorados.

Queremos, também, um processo acessível para todos, com linguagem simples, materiais explicativos e até mesmo com a ampla disponibilização do texto da lei. A metodologia das audiências precisa ser discutida e alterada para se fazer uma revisão de verdade. Um Plano Diretor digno precisa fazer cumprir a função social da cidade garantindo moradia social, para quem mais precisa, em especial, para as menores faixas de renda que vivem em áreas de risco. Deve gerar qualidade de vida, impedir a gentrificação, garantir a preservação cultural dos povos e dos bairros, impedir a degradação ambiental, o soterramento de assentos, garantir a implementação dos parques e avançar na luta de adaptação com relação as mudanças climáticas.

Da forma como está, o projeto de lei não garante nenhum desses avanços a sociedade civil, não empresarial. Ainda, o que foi entregue a Câmara tende a piorar, mostra a falta de compromisso com habitação social. A flexibilização de regulamentação ambiental e a descaracterização dos bairros da cidade que ficam à disposição para exploração financeira comercial do mercado imobiliário.

Os movimentos dos bairros consolidado se unem aos movimentos de moradia, Meio Ambiente e mobilidade, através da Frente São Paulo pela Vida e exige uma revisão de verdade do Plano Diretor Estratégico, com a construção de uma sociedade mais justa, com mais equidade social. Uma cidade mais conectada com a natureza e promova o bem-estar das pessoas. Frente São Paulo pela Vida”.

Nós não aceitamos a forma como tem sido tratado.

Obrigado. Seguimos na luta.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Muito obrigado, Antônio.

Convido a Sra. Mara Souza, da UMM.

A SRA. MARA SOUZA – Boa tarde companheiros de luta. Boa tarde, Mesa, especialmente à Vereadora Silva, que é uma das nossas defensoras, uma das únicas, aí nessa

Mesa.

Primeira coisa que eu gostaria de falar, Vereador Rubinho Nunes, que quantidade de audiências não quer dizer qualidade nas audiências...

- Manifestação do público.

A SRA MARA SOUZA – Primeira coisa que eu gostaria de falar, quando ele falar da quantidade que vai ter mais nesta do que na outra, isso não muda nada. Essa vai ficar pior do que a outra, podem ter certeza.

Ordenamento territorial. Ordenar a cidade de São Paulo, desenhar a cidade São Paulo. Vai começar agora, *né?* Porque a cidade está desordenada. Nada na cidade está funcionando: transporte público privatizado, um caos. Fica cada dia pior. Ônibus, um caos, cada dia pondo mais dinheiro para dar subsídio, para esses caras ficarem mais ricos, muitos deles até Vereador da Casa, faz parte do meio de vida, por fora, ser empresário. E aí o subsídio fica muito maior quando convém.

Esse ano vai ser maior do que foi o ano passado, vai ser menor do que vai ser o ano que vem, porque esse ano convém fazer fundo para eleição do próximo ano. A gente não é bobo, a gente é humilde, mas aqui não tem ninguém bobo, pode ter certeza, morar em periferia, morar em bases periféricas, não quer dizer que a pessoa não tem a sabedoria de entender como está a cidade de São Paulo.

A outra coisa é desenhar a cidade de São Paulo, a maioria que está aqui é do movimento de moradia, a maioria, não todos, mas os que não são do movimento de moradia que estão aqui para defender, estão aqui também para defender as suas casas, porque a avenida, o corredor de ônibus, vai afetar as suas casas. Ou seja, ninguém tem paz na cidade de São Paulo, quem mora em Moema também morre no alagamento. Ninguém tem paz na cidade de São Paulo.

Outra coisa, tem que fiscalizar, tem que pôr gente para fiscalizar, contratar funcionários, talvez esteja precisando para demarcar de fato as ZEIS para interesse social, não é para as grandes construtoras, como aqui a Verinha falou, que está na área dela, que é MRV lá

na zona Sul, tem a Tenda, tem a Camp e várias outras.

Outra coisa, a Prefeitura tem obrigação de fiscalizar essas construtoras. A minha rua alaga direto, porque os bueiros estão todos entupidos. Já tirei foto e vou postar nas redes sociais, porque a construtora faz as suas obras lá, a água traz, entope todos os bueiros e a Prefeitura não faz a lição de casa, a Subprefeitura não faz o que ela deveria fazer, que é a zeladoria da cidade de São Paulo.

Tem muito mais coisa para falar, mas sei que vai mandar eu calar a boca porque o meu tempo acabou.

Então é isso.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Muito obrigado, Sra. Mara, inclusive com relação a respeito ao tempo.

Convido agora a Sra. Rosália, do Coletivo Jurubatuba Mirim.

A SRA. ROSÁLIA – Boa tarde a todos.

Bom, eu vou excepcionar alguns vereadores aqui e a minha fala é mais para vocês, para o povo, porque desde o Participe Mais da Prefeitura a impressão que tenho, que me deu, e acho que todos aqui tiveram, é que por mais que você participe, por mais que você fale, por mais que você fique de madrugada pedindo ajuda, nenhuma das sugestões do povo foi realmente estudada, debatida.

Debater, gente, não é só chegar aqui no microfone: “você tem três minutos para falar o seu tempo está concluindo”, não é isso, gente. E depois os vereadores falarem o que quiserem, o quanto quiserem, como quiserem. A gente está cansado. Vocês não estão entendendo, quantos neurônios vocês precisam para entender que já passou da hora? Chega, gente, é muita coisa para a gente discutir num Plano Diretor. Vocês não estão percebendo que está tendo mais alagamento? Aí vocês acham que é... a imprensa enviesa, tá, que é bueiro entupido. Não é, gente.

Essas construtoras estão cada vez mais construindo em área que não é própria para construção, em fundo de vale, ali o lençol freático geralmente é raso. E o que acontece? Eles

vão, querem construir mega edifícios e aí tem vários subterrâneos. Você escava, escava, além de deixar o solo frágil, quando chove os prédios tem que bombear a água para fora, é um monte de prédio bombeando água para fora e ela vai para onde se está tudo impermeabilizado? Ela vai voltar ou vai ficar no lugar, vai alagar mesmo. Esse é um ponto.

Fora os outros pontos: falta habitação, tem um monte de prédio vazio em São Paulo, até na Avenida Paulista, é muita coisa para discutir e não adianta falar, não adianta falar, gente, que “não, vamos estender”. O que adianta estender se já está tudo dominado? Se está tudo combinado? Entrega logo para a p***a das construtoras esta cidade.

Era isso. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Obrigado, Sra. Rosália.

Convido agora o Sr. Sérgio Messias dos Santos, do Condomínio Nossa Senhora do Sabará, representando 4 mil moradores.

O SR. SÉRGIO MESSIAS DOS SANTOS – Boa tarde, Srs. Vereadores. Boa tarde, Sr. Rubinho Nunes.

Primeiramente, eu gostaria de dizer que nós temos uma carta a protocolar com o senhor, referente ao nosso movimento. Está com o Nilton Oliveira, acho que ele está aqui embaixo.

Em segundo lugar, eu queria falar que acabamos de receber um telefonema da nossa síndica dizendo que o Prefeito Ricardo Nunes mandou alguém lá para resolver o problema.

- Manifestação na galeria.

O SR. SÉRGIO MESSIAS DOS SANTOS – Então, é assim que funciona? Não deveria ser assim, não é, senhores? A gente não fala só pelas 4 mil pessoas. Tem conjuntos de casas geminadas ao lado, que estão sendo afetadas. E como o Sr. Nilton disse, é duro para a gente acordar com três decretos na cabeça, do nada. A gente vê muitas faixas lá: “Feliz Dia da Mães – Vereador tal”, “Feliz Dia não sei do quê – Vereador tal”; mas um evento importante como esse para a cidade ninguém comunica, não tem uma única faixa lá na nossa Avenida Sabará ou Miguel Yunes, que são os lugares que estão sendo mais afetados nesse Plano Diretor, parece

que é onde tem a maior quantidade de obras. Ou seja, está tudo errado.

Então, como disse a companheira que falou antes, acho que tem que se refletir sobre muitas coisas. Para não ser repetitivo, seria essa a minha fala, não vou me estender. Não deveria ser dessa forma, é só isso o que eu tenho a falar.

Obrigado aos senhores. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Obrigado, Sr. Sérgio. Se o Sr. Nilton ou qualquer representante quiser trazer a carta à Mesa, ficarei feliz em recebê-la.

Convido agora a Sra. Maria Tereza de Souza Peito, do Condomínio Parque Residencial Nossa Senhora do Sabará.

A SRA. MARIA TEREZA DE SOUZA PEITO – Boa noite, Sr. Presidente, membros da Mesa e todos os presentes.

Infelizmente, estamos presentes para reivindicar a casa que nós construímos, que não foi dada. Quando entrei no Condomínio Sabará, ninguém estava na portaria me entregando uma chave dizendo: “Vai lá escolher o que você quer”. Eu paguei. Eu e meu ex-marido pagamos, com dois filhos. Hoje estou com 68 anos de idade, não sou mais uma menina para correr pelo mercado de trabalho para reconstruir minha casa.

Somos muitos idosos no Condomínio Sabará. Eu ainda trabalho 8 horas por dia na educação. Então, eu peço, por favor, que respeitem aquilo que nós construímos. Nós não invadimos, nós não invadimos. Vim aqui para mostrar o meu rosto porque são 150 mil habitantes na região. Quero dizer qual é o meu número para mostrar que eu tenho rosto além de número. Agradeço a todos pela atenção e espero contar com todos vocês para que a gente faça realmente da cidade de São Paulo, desse país, um lugar mais humano. Que não exista tanta diferença social. Porque é incabível uma coisa dessas, e ver que existe gente ainda apoiando! Pelo amor de Deus, gente. Daqui a pouco, não vai se poder andar na cidade, não vai se poder andar na rua. Porque aqueles que querem comer pelo menos um pão, vão assaltar para pegar um celular caduco, velho. Pelo amor de Deus, vamos pensar um pouco além do nosso próprio umbigo. Por favor. Vamos pensar nessa turma que está aqui, que dá para multiplicar por milhões lá fora,

gente. Por favor.

Obrigada, e me desculpem. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Muito obrigado.

Convido agora a Sra. Maria Helena da Silva França, do Condomínio Parque Residencial Nossa Senhora do Sabará.

A SRA. MARIA HELENA DA SILVA FRANÇA – Condomínio Parque Residencial Nossa Senhora do Sabará.

Registro a presença da Vereadora Rute Costa, pelo *chat*.

Tem a palavra a Sra. Maria Helena.

A SRA. MARIA HELENA DA SILVA FRANÇA – Boa noite a todos e boa noite à Mesa.

É a minha primeira vez aqui e sempre se fala em casa do povo. Eu só vejo o povo do lado de cá. Eu não vejo o povo aí. Eu queria muito ver o povo aí. Sabe por quê? Como a Maria Tereza, eu também comprei aquele imóvel, meu ex-marido, às duras penas. Criei dois filhos e hoje eu estou aposentada. Eu vou fazer o quê na hora que me entregarem o valor venal do meu imóvel? Pagar aluguel? Vou ter que dividir por tantos meses, porque o aluguel está subindo, porque eu não vou conseguir construir outro imóvel, mas ninguém olhou que há lá 756 imóveis e quase três mil pessoas, entre pais, filhos, avós, irmãos, tios, famílias, uma verdadeira cidade. Há cidade que não tem três mil habitantes, gente, há cidade que não tem três mil habitantes. Há em torno de três mil habitantes lá, sem contar o entorno. Nós gerimos a região em muito. Por quê? Porque nós somos... Além de tudo, o mais importante, nesta Câmara, é que a gente nunca é ouvido. A gente nota pelas conversas paralelas.

É só isso que eu queria falar.

Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Muito obrigado, Sra. Maria Helena.

Sr. Alexandre, eu só gostaria de fazer um pedido. Para todas as pessoas que se manifestam, para o registro do trabalho do relator, é importante que conste o sobrenome. Eu

queria fazer um pedido para o senhor. É por conta do registro do relator. É sempre importante nós termos o nome e o sobrenome da pessoa que se manifesta e pelo menos o bairro onde ela reside, para que o relator consiga absorver e designar quais são as demandas. Então, se o senhor puder se identificar, por completo, e depois fazer a fala, ajudaria.

Obrigado.

Tem a palavra o Sr. Alexandre.

O SR. ALEXANDRE JEAN – Boa tarde.

Meu nome é Alexandre. Eu sou haitiano. Eu morava na Avenida dos Estados, 7000. Nós, da ocupação, lutamos por moradia, habitação de interesse social, moradia para todos.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Tem a palavra a Sra. Janete Cristina, moradora da zona Leste.

A SRA. JANETE CRISTINA – Oi, pessoal.

Eu vou tomar dez segundos da minha apresentação para iniciar. Eu quero fazer um pedido a vocês nesses dez segundos. O rapaz que se retirou daqui foi aquele poeta que falou um poema ali, na frente, de seis minutos, que fala tudo sobre a nossa realidade, sobre os nossos assuntos que nós estamos falando aqui. Ele se negou e ele se retirou devido a opressão do tempo. Se ele fosse cortado em três minutos no seu poema, seu poema seria descontextualizado e nós estamos aqui para contextualizar nossa realidade.

Uma salva de palmas para o poeta. (Palmas)

Agora eu vou falar da minha fala para contextualizar tudo o que vocês estão falando aí. Há seis anos, eu estou sofrendo com essa verticalização na cidade de São Paulo.

O construtor, ao lado da minha casa, derrubou o meu muro em cima da minha própria casa, colocou em risco a vida da minha filha e do marido dela, da copa da amiga dela que morava nos fundos; tiveram que sair da casa; a casa, até hoje está caindo; existe uma convivência! Mas existe uma fiscalização, existe uma existe Prefeitura, existe uma Defesa Civil, existe uma polícia de investigação civil, existem fiscais da Defesa Civil e da Prefeitura que vão ali e nos colocam

em situação de vulnerabilidade.

Estou há seis anos com esse problema e até hoje não fui indenizada. E não foi só isso, estou falando para contextualizar: o sofrimento, temos de conviver com os tratores; temos de conviver com a poluição sonora; temos de conviver com a humilhação do construtor que sabe estar numa teia, onde a obra dele é embargada, mas depois de seis meses ele termina sua obra, vende tudo na planta e trabalha com capital. A construção civil não parou na pandemia do Covid e nós sofremos por isso.

E, de novo, não foi somente tudo isso: eles vão escavando, escavando e acabaram esburacando o lençol freático, embaixo da minha casa tem um lençol freático. Fizeram dois prédios ali, concretaram o lençol freático e, nós sabemos, que existem centenas de prédios, pois eu acompanho os prédios de Pinheiros e de Perdizes, onde estão desperdiçando “trocentos” milhões de metros cúbicos d’água, na rua, por cima! Acompanhamos isso durante a construção, sim! Eles lavam as betoneiras.

Se você pintar sua casa, se você passar um rejunte ou um cimento ali, se você lavar no teu ralinho, já é um gasto, além de entupir tudo, e nem precisa de uma obra de “trocentos” andares, então, eles lavam as betoneiras a céu aberto ali, e vai tudo para o bueiro, isso seca e entope os locais de escoamento de água.

Então não precisamos só de fiscalização, mas de limpeza dos bueiros. Porque depois eles culpam a população que jogou os ‘cata’ na rua. São eles que estão fazendo vistas grossas na fiscalização das construtoras. E é isso que temos de ficar atentos, porque os bueiros estão tapados, pois são anos de milhares de prédios construídos, principalmente no decorrer dos últimos seis anos com a verticalização internacionalizada, com capital de giro. E as pessoas ainda compram, vendendo barato seu próprio lote, que, aliás, foi isso que ele quis fazer quando derrubou o muro em cima da minha casa. Ele queria comprar barato para me oferecer um apartamento no lugar.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Para concluir, por favor. (Palmas) Muito obrigado.

A SRA. LUANA ALVES – Pela ordem, Presidente, gostaria de pedir um aparte.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Tem a palavra, Vereadora Luana Alves.

A SRA. LUANA ALVES – Obrigada.

Queria mais uma vez desejar boa tarde para todas as pessoas. Peço desculpas pela interrupção, mas acho importante ter uma reflexão junto com a população aqui. Vou ter de me retirar daqui a alguns minutos.

Primeiro, quero agradecer mais uma vez a presença de todos. Agradecer profundamente que estejam, nesse momento, nessa audiência pública. Tenho certeza que foi um esforço muito grande para os senhores, porque colocar 53 audiências em 40 dias é para ninguém vir. Então ter, aqui, a população, nesse momento, para nós é um ganho muito forte.

Queria dizer ainda que esse processo está sendo feito a toque de caixa, com atropelo, parecendo um trator passando por cima do direito democrático de participação social, existe um questionamento popular muito grande. E existe um questionamento também aqui dentro da Câmara Municipal.

Mais uma vez, coloco a posição da Bancada do PSOL de que não concordamos com esse tipo de método. Já tivemos a discussão antes, fomos obrigados a acionar o Ministério Público, que já está avaliando a situação, porque, infelizmente, não foi possível, tentar com o Prefeito Ricardo Nunes pensar mais tempo, que fosse minimamente, para as audiências públicas.

Também conseguimos, a Vereadora Silvia está aqui, algo que foi também parte importante dessa vitória, a questão do transporte para as pessoas conseguirem vir, mas estamos esperando a posição do Ministério Público, porque isso tem acontecido frequentemente. Depois, o Sr. Prefeito fala que o Ministério Público persegue ele, mas é porque ele sai cometendo irregularidades. Então, obviamente, a Justiça tem de ser fazer presente também nesse caso.

Temos ainda a esperança de que o Ministério Público atue, para que o processo, que é um processo antidemocrático, não vá para a frente; que não vá ser um processo que vai ser oficial do Plano Diretor Estratégico.

Então queria dizer isso: fomos obrigados a acionar a Justiça e, mais uma vez, agradeço aos senhores.

Queria dizer ainda que vamos ter – rapidamente, Presidente – a última audiência está prevista para 23 de maio, e o Governo já quer votar dia 30. Vamos propor, mais uma vez, que seja adiada a primeira votação, para que tenha mais tempo de debate, tempo de discussão.

Há alterações que devem ser feitas no Plano Diretor. Por exemplo, a questão do método chave por chave, caso haja despejos que sejam feitos por obras do Plano Diretor. Chave por chave significa a pessoa só sair de sua casa depois que ela obtiver a chave de outra e, de fato, não entrar na fila do aluguel social, que ninguém sabe onde termina.

Então, há algumas mudanças importantes a serem feitas, e nós vamos batalhar até o fim para conseguir inserir essas mudanças antes da segunda votação do Plano Diretor.

Mais uma vez, eu agradeço a presença a todos os senhores. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Muito obrigado, Vereadora Luana Alves.

Como de praxe, após cerca de uma hora e meia de audiência pública, as inscrições estão encerradas.

Convido agora, para fazer uso da palavra, a Sra. Ivanete Araújo, do MMLJ.

A SRA. IVANETE ARAÚJO – Boa noite a todas, a todes e a todos desta Casa e ao Sr. Presidente.

Eu vou repercutir um pouco a fala do Sr. Presidente sobre a Revisão do Plano Diretor e das suas audiências públicas. Educadamente, eu venho dizer que falta um pouco ou bastante verdade nessa questão, porque, se houvesse participação popular nas audiências públicas, com colocação de todas as propostas, não haveria a necessidade de nós estarmos aqui hoje. As audiências públicas que estão sendo realizados nos bairros deveriam estar sendo construídas com toda a população, principalmente a de baixa renda. Mas, como isso não está acontecendo, nós estivemos hoje aqui na porta fazendo a reivindicação da participação popular na Revisão do Plano Diretor.

Eu quero também pedir que parem de nos enxergar como nada, parem de discutir e

decidir o nosso futuro, parem de decidir sobre as nossas casas sem a nossa participação. Nós fazemos parte de movimentos que constroem a cidade e não estamos pedindo esmola para ninguém. Os artigos 5º e 6º da Constituição Federal garantem que todo cidadão tem direito à moradia, mas, quando se trata do trabalhador sem teto de baixa renda, o direito dorme, a Constituição baba e o nosso direito não é assegurado.

Os nossos direitos são violados todos os dias. Parem de violar os nossos direitos. Nós queremos discutir o nosso metro quadrado, a questão da saúde, a questão da educação, a cidade, porque somos nós que a construímos. Por isso, parem de nos enxergar como zero à esquerda, porque o nosso povo merece respeito.

Outra questão é a não divulgação desta audiência. É engraçado como há divulgação dos horários eleitorais e políticos e como eles entram nas casas das famílias todos os dias. Por que a área de comunicação da Prefeitura não pode fazer um ou dois minutinhos de propaganda que entre nas casas das pessoas para informar sobre a discussão do Plano Diretor e sobre o futuro da cidade? Porque não é interessante o povo sem teto e de baixa renda discutir o futuro.

A nossa proposta também defende que a cota de solidariedade seja produzida no local do empreendimento e que não sejam as construtoras que decidam sobre as unidades habitacionais e sobre o tipo de financiamento. Estão usando a porcentagem destinada à moradia do Fundurb, os 30%, que já é pouco, para tapar buraco. São milhares as famílias que estão em situação de rua e as com risco de despejo todos os dias.

Para terminar, quero dizer que não somos invasores, nós ocupamos os imóveis vazios sem função social da propriedade. Enquanto o nosso direito for violado, enquanto o nosso direito não vier e existir imóvel vazio sem função social, as ocupações vão continuar. Enquanto esta Casa não levar o nosso caso a sério, enquanto esta Casa não nos levar com mais seriedade, a luta continua porque quem não luta está morto.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Obrigado, Sra. Ivanete.

Convido, agora, o Sr. Wesley Silvestre, OSCIP Oekoscientia, Parque dos Búfalos.

Perdoe-me se eventualmente pronunciei errado.

O SR. WESLEY SILVESTRE – Falou que a gente pode ocupar a plenária, então vamos ocupar.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Fique à vontade.

O SR. WESLEY SILVESTRE – É nossa.

Vereador Rubinho, Presidente desta Mesa, queria corroborar com as falas dos companheiros que disseram que há um vício contundente nessa discussão do Plano Diretor que, na verdade, os senhores mais o Presidente desta Casa Milton Leite deveriam estar eliminando. Esse vício é justamente a não discussão e a não participação e o não controle social da população.

O Regimento Interno da Casa, no Artigo 3º, eu acho que os senhores conhecem mais do que eu, com certeza. Mas, é importante salientar para os demais companheiros, que estão assistindo a esta audiência, que o Regimento da Casa simplesmente fala o seguinte: “Prometo exercer com dedicação e lealdade o meu mandato, cumprindo e fazendo cumprir a Constituição da República”.

Então se a Constituição Federal diz que tem que ter participação social na elaboração do Plano Diretor esta discussão hoje ela já é viciada, ela já é um processo que foi atropelado. Então, cabe ao Presidente desta Casa devolver novamente o Plano Diretor à Prefeitura de São Paulo e fazer com que a participação social aconteça na elaboração do texto. E não que a gente fique enxugando gelo ou tentando corrigir estripulias do mercado financeiro, porque a gente sabe muito bem que o mercado financeiro e o mercado imobiliário participaram muito bem da elaboração deste texto e não a participação social.

Então é importante que vocês, que se comprometeram em respeitar o mandato de vocês, que quando assinaram na posse de vocês prometeram respeitar a Constituição Federal, a Constituição Estadual e a Lei Orgânica do Município. Cumpram simplesmente com o papel de vocês, que é devolver o texto ao Executivo, para se que tenha a elaboração e a participação e o controle social.

Além disso, há outro vício produzido já em 2014. Na época, eu bem relatei para os Vereadores presentes que é a não participação do colegiado do comitê de bacias hidrográficas, dos mananciais. Nós não estamos participando da discussão, não participamos da discussão da elaboração do Plano e não estamos participando da discussão de revisão do Plano Diretor. O colegiado de comitê de bacias é responsável pelo regramento da bacia hidrográfica e dos territórios e o desenvolvimento sustentável daquelas áreas que, hoje, a bel prazer de muitos vereadores desta Casa, não está sendo fiscalizado e está sendo completamente atacado.

Essas populações, que estão reclamando de despejo, estão se alojando justamente nas áreas mais frágeis da cidade de São Paulo, justamente porque não há uma elaboração de política pública de habitação que contemple os trabalhadores na parte construída da cidade, que é o Centro de São Paulo e o Centro expandido. Com isso, as áreas fragilizadas da cidade de São Paulo ficam comprometidas e os nossos mananciais, os nossos recursos hídricos que nós - por termos acabado de passar por uma crise hídrica - deveríamos ter um olhar um pouco melhor. Está sendo discutido sem estudos de impacto ambiental, inclusive o Ministério Público...

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Sr. Wesley, para concluir, por gentileza.

O SR. WESLEY SILVESTRE – É porque, veja bem, não tivemos chance de elaboração do texto, a gente não tem chance de participar das audiências públicas. Quando a gente tem a chance de chegar aqui, vocês ficam controlando o nosso tempo. Não dá. (Palmas).

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Sr. Wesley... É tempo regimental, Sr. Wesley.

O SR. WESLEY SILVESTRE – Não dá. Não dá para ser assim. Ou você faz...

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Sr. Wesley, peço que o senhor conclua.

O SR. WESLEY SILVESTRE – Ou os senhores fazem uma audiência que de fato...

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Sr. Wesley, peço, por gentileza, que o senhor conclua.

O SR. WESLEY SILVESTRE – ...contemple a participação social...

- Microfone cortado.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Por favor, se retire. Peço que o senhor se retire da tribuna. Vou pedir à GCM que retire o orador da tribuna, por gentileza.

- Manifestações simultâneas fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – O tempo do senhor está esgotado, o senhor recebeu quatro minutos e 30 segundos.

- Manifestações simultâneas fora do microfone.

- Tumulto.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – O senhor vai concluir, vou dar o direito. Vou pedir à senhora que se retire. O senhor excedeu o tempo por um minuto e 30. Eu vou conceder ao senhor 30 segundos, o senhor conclui, pode ser?

Vou pedir à nossa amiga que dê licença, por favor. E eu vou conceder 30 segundos, o senhor conclui. Tudo bem?

É regimental. Eu tenho que fazer cumprir o Regimento. Veja, por mim, eu estenderia o tempo, mas não posso.

O SR. WESLEY SILVESTRE – Para o bom andamento dessa audiência é superimportante que sejam respeitadas as falas. E sejam anotadas pelo nosso Relator do Plano Diretor. Está sendo discutido nesse momento, aliás, não está sendo discutida a implantação de um arco viário numa parte da Represa que é super poluída, que tem 20 metros de manto fecal, que foi aprovado justamente no Plano Diretor e isso precisa ser revisado, porque não tem estudos de bariátrico, não tem estudo da profundidade da represa, não tem estudos de elaboração, de impacto ambiental.

Então, precisamos de fato discutir o texto e não essa audiência mentirosa que está acontecendo aqui agora.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Excedeu o tempo. Obrigado. Ainda dentro do que foi dito pelo Sr. Wesley, eu concordo que é de vital importância a participação do Comitê das Bacias Hidrográficas e também a questão dos mananciais da cidade.

Então, aproveito para informar a todos que protocolei, ainda hoje, um requerimento

para que o representante da Sabesp e os comitês venham participar e sejam convocados para uma audiência pela Comissão de Política Urbana. E em data oportuna, para que eles prestem esclarecimentos sobre os mananciais, sobre a questão de contaminação da água e sobre o impacto futuro com base no Plano Diretor.

Convido agora a Sra. Ana Maria Wilhelm, do Pró-Pinheiros, para que faça suas considerações.

A SRA. ANA MARIA WILHEIM – Boa tarde a todas, a todos, a todes, minha solidariedade a todos que estão aqui.

Estou emocionada, porque comecei minha vida profissional nessa Câmara Municipal, na luta por creche. E sou filha do Secretário de Planejamento, do Governo Marta Suplicy, Jorge Wilhelm. Estou carregando aqui um texto que ele estava escrevendo quando teve um acidente de automóvel e faleceu, onde fazia uma reflexão crítica sobre o processo de planejamento. E ele dizia que se a gente não começasse o processo pelo plano de bairro, a gente não manteria essa dimensão humana da cidade no processo de planejamento.

Então, venho aqui unindo minha fala com todos os representantes da Frente São Paulo Pela Vida, aqui presentes, para dizer que gostaríamos realmente que o processo fosse suspenso. Esse processo da Revisão do Plano não contempla na sua metodologia a voz dos bairros. No processo do Plano Diretor Estratégico, fazem parte dele planos regionais, planos de bairro. Os planos de bairro não foram implementados em tempo hábil. Se tivessem sido implementados, todas as nossas visões estariam sendo contempladas e não só contempladas, apreciadas e debatidas para entrarem no orçamento da cidade.

Sabemos que agora, no processo da Revisão, vem uma proposta de incorporar o plano de bairro no processo, mas acho que se não pararmos o processo desse Plano Diretor agora, não é a audiência pública que vai resolver o nosso incômodo e as nossas questões.

A gente precisa de um processo de planejamento participativo, porque aqui tem a riqueza humana da nossa cidade, com visão de todos os bairros. Esta cidade é imensa, com milhões de habitantes, tem uma diversidade gigantesca. Nós precisamos escutar. A força do

poder participativo não é contra governo, ele é a favor de governo.

Estar nos Conselhos é uma super contribuição para o planejamento da cidade. Eu sou conselheira do Cades em Pinheiros, meu companheiro é conselheiro participativo, a gente quer mais que esta cidade funcione e a gente acredita que a voz do povo é a voz que traz a dimensão humana para o direcionamento da cidade.

O que a gente pede? Estou aqui pedindo não exatamente o que a gente colocou no nosso documento, mas o que eu acho que a gente precisa: suspender esse processo do Plano Diretor, nesse momento; suspender a liberação de alvará, porque nós vamos acabar com a cidade se a gente continuar nesse processo. A gente nem aguenta chegar a 2030, a cidade vai morrer, a gente vai morrer com prédios, sem saúde, não vai se andar nesta cidade.

Nós estamos também acumulando um resíduo de cimento nesta cidade que é completamente insustentável. Por isso, nós imploramos aos Srs. Vereadores que interrompam esse processo do Plano Diretor, interrompam e olhem para o sistema de planejamento da cidade incorporando o plano de bairro.

O plano de bairro precisa ter metodologia, e isso está fácil de construir, e ele precisa ter patrocínio do governo para que aconteça. Para a gente introduzir esse processo na cidade, não é audiência, mas de fato a construção humana *versus* a construção financeira desta cidade. São Paulo não sustenta apenas financeiramente. Essa ideia de que estamos criando empregos, desculpe, não é só isso. Nós queremos uma cidade saudável, humana e acessível.

O meu apelo aos Srs. Vereadores que suspendam o processo de revisão do Plano Diretor e incorporem o processo de plano de bairro. Não é audiência pública. Suspendam, suspendam.

À suspensão, com a implementação das dimensões do planejamento da cidade, que estão nos planos de bairro.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Obrigado.

Eu convido a Sra. Edimara Rodrigues, do movimento Arranha-céu no Morro, não; da

Associação Cultural da Comunidade do Morro do Querosene.

A SRA. EDIMARA RODRIGUES – Boa noite a todos.

Eu gostaria de parabenizar as falas de todos, os conteúdos, as emoções, enfim, pelo conjunto de contribuições que, diante de uma análise panorâmica de um contexto tão adverso, em termos de moradia, de meio ambiente, de habitação, que foram exaustivamente levantados aqui.

Eu acho que é um encontro nesse contexto diverso, essa dificuldade que nós temos de realmente ter, diante da Câmara dos Vereadores de São Paulo, uma representatividade pela luta, pela vida, pela situação humana, da falta de moradia, de uma série de carências que todos nós, em diferentes situações, convivemos, evidentemente, com consequências diversas para cada um de nós.

Primeiro, eu preciso me apresentar. Meu nome é Edimara Rodrigues, eu moro no Morro do Querosene, no Jardim Pirajussara, que é uma vila que faz parte do bairro do Butantã.

Como uma forma de ilustrar toda essa situação extremamente terrível que nós estamos vivendo, no sentido até de uma insegurança jurídica, entre outras coisas. Vou mostrar o que está acontecendo na rua em que eu moro: Rua Afonso Vaz. Essa rua faz parte de um conjunto de ruas conhecido como Morro do Querosene que é uma região consagrada e reconhecida como patrimônio cultural, onde convivemos diferentes culturas, pessoas de diferentes estados brasileiros, onde existe um conjunto de manifestações artísticas de pessoas que moram e trabalham lá.

Nesse bairro, houve, a partir do Plano Diretor de 2016, uma demarcação, no mínimo, capciosa, em que houve uma mudança na Lei de Zoneamento. A Rua Afonso Vaz faz parte de um conjunto de ruas que, até então – e ainda é -, uma zona estritamente residencial; e, capciosamente, três lotes foram transformados em ZEIS.

Então, uma das minhas principais demandas, nesse caso que estou mostrando, é para ilustrar como esse papo de ZEIS, Zona Especial de Interesse Social, na realidade, não resulta em imóvel para pessoas de baixa renda coisa nenhuma. Isso é uma farsa.

Acho que cabem à Prefeitura e a toda Câmara de Vereadores fiscalizar, porque essas construtoras vestem a camisa de Zona de Interesse Social e acabam tendo uma série de vantagens num negócio horroroso, chamado outorga onerosa que tem uma série de privilégios.

Existe uma série de coisas que precisariam ser melhor debatidas e divulgadas pela Prefeitura, que nos representa e tem se mostrado um conjunto de apadrinhadores da especulação imobiliária, do capital financeiro e do capital de especulação imobiliária. (Palmas)

Eu não estou aqui só para falar do meu umbigo. Estou usando isso como exemplo. E, há três anos nós estamos lutando. Eu já participei de várias audiências públicas. Teve uma audiência aqui sobre meio ambiente. Nós estamos com uma luta no Ministério Público porque, em um desses lotes, existe uma nascente. Isso está sendo manipulado pela construtora.

Então, existe uma série de aspectos jurídicos, mas o que importa aqui é a dimensão política desse ato. Nós não podemos mais tolerar que a Câmara de Vereadores, através de alguns dos seus participantes, seja conivente com a especulação financeira e, sobretudo, o sistema imobiliário. Eles estão acabando com a cidade de São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Para concluir, Sra. Edimara, por gentileza.

A SRA. EDIMARA RODRIGUES – O meu bairro é totalmente dominado por prédios e a maior parte desses prédios é abandonada, comprada por especuladores que, depois, vendem pelo dobro. Esse prédio que vai ser construído, que a Prefeitura aprovou em 2015, por volta disso, é um prédio que não é de interesse social.

Eu acho que cabe à Prefeitura de São Paulo, através de seus órgãos competentes, discriminar isso e não permitir que continue acontecendo na cidade. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Obrigado, Sra. Edimara.

Convido a Sra. Beatriz Enge, do Fórum Verde Permanente e Mata Esmeralda. (Palmas)

A SRA. BEATRIZ ENGE – Boa noite a todos.

Primeiro, eu queria dizer que estou muito feliz hoje ao ver esta Casa tão cheia de pessoas guerreiras, lutando pelo consideram mais importante para a nossa cidade e fazendo a

defesa de uma qualidade de vida melhor para todos nós.

Estou aqui hoje em defesa do verde, do meio ambiente, dos direitos da natureza e queria começar pedindo que seja acelerado processo de criação dos ainda 160, na verdade, 159 parques ainda pendentes e já aprovados no Plano Diretor, com a implementação do Fundo Municipal de Parques e de outros planos e programas já previstos e ainda não implementados pela Prefeitura.

Eu queria dizer que tudo isso é prioritário para mitigação das mudanças climáticas, que já vêm ocorrendo. Todo ano a gente está vendo enchentes, a gente está vendo grandes secas, e isso não vai melhorar, pelo contrário, deve piorar nos próximos anos.

A preservação de grandes áreas de mata ainda existentes no município de São Paulo, como a Mata Esmeralda, da qual eu faço a defesa, que é uma grande área da região do Butantã, com cerca de 500 mil metros quadrados de mata atlântica, precisa ser preservada; a área do Viveiro II; a Vila São Francisco... (Palmas)

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. BEATRIZ ENGE – Viva! Essas áreas precisam ser inseridas no Quadro 7 e/ou no Quadro 15 para que sejam preservadas e as suas nascentes protegidas. E que essas nascentes sejam inseridas num cadastro no Plano Diretor.

Também queria pedir a incorporação da Carta Geotécnica do Município no PDE. Para quem não sabe, as cartas geotécnicas indicam as regiões de solo mais frágil da cidade. São áreas onde ninguém deveria morar, pois são áreas sujeitas a deslizamentos. São áreas que precisam ser preservadas ambientalmente para proteger a população. E isso deveria ser cruzado com as propostas do Plano Diretor, para que a gente não veja mais tragédias acontecendo. (Palmas)

Nesse sentido, eu queria também dizer que contrapor áreas verdes com áreas necessárias para moradias é uma grande mentira, que precisa ser desconstruída. Quem precisa morar, precisa de água para beber, precisa de lazer, precisa morar com segurança. (Palmas) Eu vejo aqui muitas pessoas que precisam de moradia e hoje tem milhares de imóveis vagos, na

cidade de São Paulo, e milhões de reais em recursos nos cofres da Prefeitura, que a Secretaria da Habitação poderia utilizar para reformar e destinar esses imóveis para habitação de baixa renda em vez de continuar... E meu último pleito é que a SMUL, que é a Secretaria Municipal de Licenciamento, pare de aprovar construções nas áreas verdes, porque, em especial, são construções de alto padrão. Essas áreas deveriam ser reservadas para dar qualidade e proteção à população.

Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Obrigado, Sra. Beatriz. Convido agora o Sr. Fayes Mohamad Rabah.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Ainda tem cinco oradores presenciais e dez *on-line* – para quem fez a pergunta.

Sr. Fayes.

O SR. FAYES MOHAMAD RABAH – Boa noite a todos. Eu me chamo Fayes. Faço parte do movimento “Não ao corredor Nossa Senhora do Sabará”. Boa noite à Mesa, muito obrigado pela oportunidade.

Hoje, veio o pessoal do condomínio, que ocupa os seus 40 mil metros quadrados, a Avenida Nossa Senhora do Sabará tem sete quilômetros, mas é pontual e é interessante ver a angústia de cada um. Então, às vezes, o discurso vai ficando ácido, porque é a vida de cada um, é a angústia de cada um. Às vezes, a gente traz aqui as questões de forma muito de alto nível, olhando o macro, mas olhar um pouco a angústia individual também mostra um pouco do detalhe.

Em 2014, esse assunto do corredor existiu, quando foi desenvolvido o Plano Diretor, e numa discussão, apresentamos alternativas e foi concluído que não faria sentido a implantação do corredor. Agora o assunto voltou, e nós, de novo, fizemos uma proposta técnica, que envolve um arquiteto urbanista, um engenheiro e mais uma arquiteta, com soluções apresentadas para a SPTrans e estamos protocolando para que seja levada em consideração e não impacte tanto. Tem uma previsão de até 500 desapropriações, a gente tem um polo econômico muito grande

onde a gente entende que por volta de dez mil pessoas, trabalhadores devam ser afetados, vão correr riscos. Então a proposta foi protocolada, gostaríamos que fosse analisada com carinho.

Também protocolamos nos 55 gabinetes de todos os vereadores pedindo um posicionamento frente à implantação desse corredor, até para a gente entender como que a Casa vê isso. O núcleo que protocolou. Eu sei que outras pessoas do corredor falaram, às vezes parece repetitivo, mas queria fazer essa análise mais de alto nível sobre o corredor.

A proposta que a gente levou - nem todos olharam, algumas pessoas até não leram do Corredor Sabará, o que dirá dos demais - é para um olhar menos corredor e mais como uma solução urbanística. Porque está na mão da SPTrans e a gente entende que a SPTrans é ótima em fazer o corredor, mas tem coisas que transbordam, como, por exemplo, o Plano de Bairro. Não é desqualificando a SPTrans, mas a gente entende que ela não tem essa competência.

Como é que esse polo econômico vai ser afetado? Como é que os moradores...
Então a gente, nessa proposta, leva isso. Olhando de uma forma holística, mais completa, onde soluções em avenidas próximas, inclusive até ligações entre modais, porque a gente tem o nosso sistema de trens ali passando, que é muito importante, muito relevante para transporte de massa. Então a ideia não é atingir as pessoas que precisam do transporte de massa, mas, sim, dar uma solução que beneficie a todos.

Muito obrigado, gente. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Muito obrigado, Sr. Fayes.

Convido o Sr. Leandro. O Sr. Leandro também não apontou sobrenome ou local que ele representa. Sr. Leandro, se o senhor puder se identificar por completo para as anotações, por gentileza.

O SR. LEANDRO BORELLI NISHIMURA – Olá, pessoal. Boa noite a todos.

Meu nome é Leandro Borelli Nishimura. Eu sou um italiano com japonês e cara de boliviano.

Pessoal, é o seguinte: o pessoal que vem aqui no microfone adora meter o pau aqui, não é? Eu vou fazer o contrário. É a primeira vez que eu estou vindo. Parabéns à iniciativa de

vocês. Um lugar muito bonito. Olha... Carpete bonito.

- Manifestações na galeria.

O SR. LEANDRO BORELLI NISHIMURA – É verdade. Ué? É feio, então? Então é feio, não é? É bonito. O pessoal da GCM também, pessoal educadíssimo. Uma salva de palmas para a GCM aí. (Palmas) Tivemos problemas com a GCM? Pessoal bacana, bacana. Parabéns pela iniciativa.

Não adianta focar metendo o pau, não, porque tem coisa que tem que falar a verdade mesmo.

Eu sou da Sabará. Para quem não conhece, a Avenida Nossa Senhora do Sabará dá nome à Igreja Paróquia Nossa Senhora do Sabará, que é conhecida como Igreja Verde, porque ela tem um telhado verde, coisa mais linda.

O que está acontecendo lá, pessoal? Eu acho que é assim: eu tenho 44 anos, eu moro há 44 anos no local. Falta logística de vocês, logística. Cara, eu quero que vocês façam um trabalho... Vocês fazem um trabalho lá legal “pá” caramba, só que vocês não estudam, vocês não estudam.

Eu vou dar um exemplo bem claro para vocês. Lá tem uma ciclovia legal “pá” caramba, só que não tem *bike*. Eu fiquei um dia no restaurante de um amigo nosso que estava lá, eu fiquei lá 20 minutos almoçando. Não passa uma *bike*. Então fizeram uma ciclovia que não serve para nada.

Outra coisa também...

- Manifestação na galeria.

O SR. LEANDRO BORELLI NISHIMURA – Tem *bike* lá? Não tem *bike*, não tem *bike*.

Então, assim, eu queria pedir um favor para o Goulart filho, que é nosso representante lá da Avenida Interlagos. O senhor não me conhece, mas eu conheço o senhor. A gente fazia parte lá da Associação de Interlagos. O seu pai deve estar feliz, porque o time dele ganhou ontem; nos pênaltis, mas foi.

- Manifestações na galeria.

O SR. LEANDRO BORELLI NISHIMURA – Ai, gente, meu tempo não acabou ainda.

Dá um tempinho aí na emoção.

E outra coisa: o problema da Sabará é pico das sete da manhã às nove, sentido Centro, depois o pico é referente das 17 às 19, sentido Pedreira, devido ao cruzamento da Sabará com a Interlagos. Basta parar lá e olhar.

Eu gostaria também de fazer um desafio rapidinho para o Vereador Goulart: Goulart, marque meu telefone, por favor. Vá tomar um café comigo na nossa empresa para eu mostrar para você...

- Manifestação na galeria.

O SR. LEANDRO BORELLI NISHIMURA – Segurem a emoção, gente.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Peço respeito ao orador na Tribuna, por gentileza.

O SR. LEANDRO BORELLI NISHIMURA – Respeitem, por favor. Todo mundo falou. Goulart, meu telefone é 3578-5542. Aproveite leve o seu Secretário dos Transportes para a gente ficar olhando para ver se estou falando a verdade ou mentira.

Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Obrigado, Sr. Leandro, pelas contribuições.

Convido o Sr. Toni Zagato, do Conselho de Política Urbana.

Registro a presença do Vereador Eli Corrêa, pelo sistema virtual.

O SR. JOSÉ ANTÔNIO CHINELATO ZAGATO – Boa noite a todas, todos e todes.

Meu nome é Toni Zagato, sou Conselheiro Municipal de Política Urbana, que é o Conselho que deveria estar apreciando democraticamente a revisão do Plano Diretor e que foi atropelado feito boiada, desde o início do processo, em 2021, pela Prefeitura de São Paulo e pela gestão da SMUL, cujo Secretário sequer aparece nas reuniões do Conselho. Ele manda o seu preposto, seu adjunto que tampouco dá ouvidos à sociedade civil, coloca todos para votar sem a câmera aberta, para votar feito boiada. Assim, é gado mesmo.

Eu queria fazer uma pergunta muito retórica. Se eu chegar na frente do Vereador que está usando o celular, neste momento, Presidente da Câmara Municipal...

- Manifestação do público.

O SR. JOSÉ ANTÔNIO CHINELATO ZAGATO – ...da Comissão de Política Urbana, eu começar a martelar – ele está no telefone, inclusive, deve estar ligando para o Prefeito. Se eu começar a martelar o muro dele, começar a aterrar a praça, se eu puser para funcionar uma britadeira na sua frente e entupir o bueiro, se eu fizer *show* de música alta, na hora ele não faz assim: liga o telefone, bate um alô para o subprefeito e para o Prefeito, bate para a polícia, encerra ali mesmo. Eu acho que acontece assim.

Só que, para a geral, para nós, pobres mortais, que não temos o poder Parlamentar, se vira, liga no 156 que está privatizado. Liga numa farsa chamada SP Regula, cheia de cargo de cabide, para gente que só está legitimando a barbárie dessas parcerias público privadas.

Só que não tem essa opção para a gente. (Palmas) Porque a gente não recebe nenhuma coisa.

O mais engraçado é chamar isso de liberalismo. Isso não é liberalismo. Eu estudei bem, sou mestre em políticas públicas. Isso não é liberalismo, é estatismo privado.

Para quem tem o poder, chega lá chama órgão público, chama a administração, chama subprefeito, mobiliza a máquina pública inteira. Mas cidadão? Ah a gente tem que defender o liberalismo, a gente tem que defender e cada um se vira por si. É a lógica do mercado. Mercado para os outros, comunismo só para essa galera que está no núcleo do poder, lucrando para caramba e fazendo a porta giratória. Porque assim que sai do cargo onde tiver, seja no Executivo ou no Legislativo consegue parcerias com as empresas que viabilizou durante o mandato.

Isso não é ordenamento territorial democrático, porque ordenamento territorial, Vereador, existe também o autoritário. É como a ditadura e o Estado Vargas fizeram. O ordenamento territorial democrático passa por conselhos deliberativos na base, conselho de plano de bairro, conselho de Cades, do meio ambiente, conselho participativo municipal, por

todos esses conselhos e da escala do território.

Não existe ninguém que vive, assim como o senhor não vive, em 1.500 quilômetros quadrados. O senhor vive da sua casa para o seu trabalho, para as suas bases, mas o senhor não circula na cidade inteira, porque ninguém circula a cidade inteira.

A realidade é apreendida por quem vive nos territórios, quem trabalha e circula neles. A partir dali é que se faz o ordenamento territorial democrático. Senão é negacionismo climático, anticientífico, porque não tem base, não adere. O blá-blá-blá desse Plano Diretor de 393 artigos, com 70 mil palavras... Vou concluir, já. Não adere na realidade, porque a gente está vendo tudo isso e vai gerar consequências para as próximas gerações.

Não dá para falar que é cristão, que gosta da família, da tradição, se está destruindo tudo agora. Está destruindo e vai destruir para o futuro. (Palmas) Não tem como esse PL prosperar na Câmara dos Vereadores.

Esse PL tem de ser devolvido porque ele é ilegítimo e é lamentável que o senhor tente desqualificar alguém. Após a fala de uma cidadã, falou que não entende de lei. Quem não está entendendo de lei é a gestão da SMUL, a Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento, e da Prefeitura de São Paulo. Por isso, como os senhores fiscalizam, têm de devolver esse PL.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Obrigado, Sr. Toni.

Convido, agora, a Sra. Ana Aragão, do Parque Linear Caxingui.

A SRA. ANA ARAGÃO – Boa tarde a todos.

Ordenamento territorial... Eu acho que temos alguns exemplos: arranha-céu no morro, não; água... Basicamente, as reivindicações são as mesmas e fico todo dia pensando: será que não é tarde demais para pedir novamente pelo Parque Linear Caxingui?

Entretanto, é estarrecedor ver que um empreendimento com cinco torres de 25 andares recebeu licença para construir em uma área que é grafada no GeoSampa como sítio arqueológico – inclusive, também grafado dentro do plano municipal de proteção da Mata

Atlântica. Quer dizer, isso acontece. Esse, no meu entendimento, é um dos maiores exemplos do quanto nós estamos reféns das construtoras. É, no meu entendimento, um exemplo gritante, assim como é, também, a questão do empreendimento que está sendo contestado no Morro do Querosene, bem como tantos outros. Acho que é pior ainda que essa construção tenha sido feita sem a autorização do De Olho na Obra para a colocação do estande de vendas. Eu dei uma consultada na Prefeitura e não existe essa autorização.

Então, hoje, não percebemos qualquer nome de referência que esteja na SMUL, a Secretaria de Urbanismo e Licenciamento, ou nomes de referência na arquitetura ou no urbanismo dentro das Secretarias da Prefeitura. Não percebemos isso. São nomes – e conseguimos checar isso – tirados de grandes corporações do setor imobiliário e unicamente voltados para o lucro de alta renda. Isso é triste, antiético e imoral. Causa, também, grandes danos ambientais, sociais, financeiros e culturais – inclusive, para nós, agora, como também para as nossas próximas gerações.

Obrigada a todos.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Muito obrigado.

Convido, agora, o Sr. Lupã Brás, da Lubru Arquitetos.

O SR. LUPÃ BRÁS – Olá, pessoal.

Pegando o gancho no que a nossa amiga falou agora e, inclusive, o outro rapaz também disse, eu trabalho com regularização de imóveis na Prefeitura de São Paulo e chega a ser absurdo, mesmo, o quanto está sendo desmantelada por dentro a Prefeitura de São Paulo. Houve uma mudança. Antes, você tinha Subprefeituras regularizando os imóveis. Então, você tinha muito mais fácil acesso à população, para que ela pudesse chegar até a Subprefeitura e pedir orientação. Agora, a Prefeitura jogou tudo para o Centro de São Paulo. Então, estão todos os técnicos lá dentro. Eles estão trocando todos os técnicos, colocando pessoas terceirizadas no lugar. Você chega lá e você não consegue entender o que está acontecendo. Eu sou arquiteto. Eu trabalho com isso. Eu não consigo informação precisa. Uma hora, alguém fala uma coisa; outra hora, alguém fala outra.

O mais assustador é que estão tentando revisar uma lei que já nasceu ruim. É uma disputa para você conseguir falar com um técnico da casa e os próprios técnicos que estão lá dentro, hoje, não conseguem lhe explicar o que está acontecendo com a própria lei. O rapaz falou agora, há pouco, que era funcionário público da Prefeitura. É importante que nós, profissionais que trabalhamos com Prefeitura, comecemos, também, a falar sobre o que acontece dentro das prefeituras, porque, primeiramente, a especulação imobiliária nos contrata para fazer o trabalho e não temos voz nos projetos.

Os projetos são feitos para a gente só assinar um papel, dizendo que somos responsáveis como arquiteto. Esse documento é encaminhado para o órgão e, lá dentro, são feitas alterações e uma série de coisas. O alvará sai com o nosso nome. Só que é assim: qual é o papel do arquiteto urbanista? É estar aqui, contribuir com o ordenamento da cidade, com as leis de Uso Ocupação do Solo, com os movimentos sociais.

Mas, isso não acontece. A gente fica refém das construtoras. É péssimo você dormir à noite, sabendo que depende do dinheiro da construtora para poder ganhar o seu salário. Mas você vai falar com o técnico da Prefeitura, que é conivente muitas das vezes. Reuniões feitas a portas fechadas. O projeto seu, que você assinou, vai embora para outro órgão e você não entende o que aconteceu. Aí como que você recorre? Para quem você vai pedir ajuda?

Acompanhei a Lei de Zoneamento de 2016, teve várias frentes de moradia. Teve o pessoal de Pirituba, que tem proteção dos indígenas. Fizeram toda uma movimentação, mas, ainda assim, de alguma forma, existe alguma sala que a gente não acessa; existe algum outro setor que não está disponível; algum subsolo, do qual nem as pessoas que trabalham dentro da Prefeitura têm acesso. Isso é muito grave.

Daí vocês enchem de leis, papéis e começam a colocar mais leis, mais artigos. Criam planos que não vão dar em lugar nenhum e 2030 está chegando. Vai ter outro Plano Diretor. Vai ser a mesma coisa novamente? Vai ser pior do que está sendo agora.

É isso. Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Muito obrigado, Sr. Lupã.

Sra. Itair Souza Andrade, da Ocupação Porto Príncipe localizado na Av. Do Estado 7000-B Cambuci. (Pausa) Ausente; Sra. Waldete Alves dos Santos, Condomínio Sabará. (Pausa) Ausente.

Passemos aos inscritos pelo sistema virtual. Sra. Rachel Lopes Queiroz Chacur.

A SRA. RACHEL LOPES QUEIROZ CHACUR – Boa noite a todos.

Sou a Dra. Rachel Lopes Queiroz Chacur. Sou representante da Comissão Permanente da Ordem dos Advogados de São Paulo.

Venho, rapidamente, apenas com a informação da participação na audiência pública anterior. Fizemos uma nota técnica em colaboração para o Plano Diretor e constamos que algumas sugestões e encaminhamentos, em grande parte, ao tratar de ambiental, apoiando aquilo que a manifestação popular já vem solicitando. A presidência, agora, acabou de me enviar, que foi aprovada a nota técnica. Ela será tornada pública e encaminhada aos senhores com protocolo oficial e levado isso de uma forma, dando maior publicidade ao posicionamento da Ordem dos Advogados do Brasil do Estado de São Paulo.

Aproveito a oportunidade, retiro a minha representatividade da Comissão Permanente do Meio Ambiente, e falo como cidadã, sobre dois pontos que não foram destacados no Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo que, um, me cabe muito. Eu sou Doutora em Ordenamento Territorial, em Regularização Ambiental e Urbanística; Doutora pela Universidade Federal de São Carlos e hoje faço pós-doutorado na Universidade Federal do Estado de São Paulo – Unifesp. E lá na época do doutorado tratei justamente um dos pontos que era sobre modelos de participação popular.

De fato, audiência pública tem seus vícios dentro dos procedimentos, assim como existem vícios também, como uma colega nos falou, uma cidadã, em relação a uma melhor opção que seria o projeto participativo. Então faço votos que isso venha a tomar intento no prosseguir das falas e dos procedimentos dessa seleta Mesa, da mesma forma.

Dois pontos, agora aproveitando o meu curto espaço de tempo, em nenhum momento do Plano Diretor Estratégico foi falado sobre os direitos de mobilidade dos deficientes,

algo que é tão caro, extremamente caro, falar sobre o direito dos deficientes. Nós estamos falando sobre o ordenamento territorial, sobre mobilidade urbana, sobre qualidade de vida, sobre espaço urbano sobre cidades e não estamos falando sobre os direitos dos deficientes. Na hora que eu li como cidadã eu tinha que aproveitar o momento e falar.

Outro ponto também que me foi relatado por colegas da área de meio ambiente do trabalho, que também, embora isso seja e deva ser justificado em notas técnicas, em planos que são a justificativa, geralmente não no Plano Diretor, não foi tratado também do homem, esse homem trabalhador que vive na cidade, que merece sair da sua casa e chegar até o local do trabalho com segurança e voltar para sua casa com segurança.

Sobre esses pontos, então, eu faço as conclusões. Nós apresentamos a nota oficial, que foi lida resumidamente na audiência pública anterior.

Agradeço a oportunidade breve.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Clarice Colli Cosentino. (Pausa) Ausente.

Convido o Sr. Bruno Salles, representado pela Sra. Victoria Bicudo Ferreira.

A SRA. VICTORIA BICUDO FERREIRA – Agradeço a presença, mas dispense a fala. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Obrigado, Sra. Victória.

Convido a Sra. Bruna Ketlin Souza Pereira (Pausa) Ausente. Sr. Leandro (Pausa) Ausente. Sra. Daniela Rosa de Oliveira Lopes.

A SRA. DANIELA ROSA DE OLIVEIRA LOPES – Eu agradeço, mas passo a fala.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Obrigado, Sra. Daniela.

Convido o João Carlos dos Santos (Pausa) Ausente. Sr. Cauê Freitas Monaco (Pausa) Ausente. Sra. Larissa Calil Coli (Pausa) Ausente.

Não havendo mais inscritos, pergunto aos Vereadores presentes se algum dos colegas gostaria de fazer uso da palavra.

Vereadora Silvia da Bancada Feminista, tem a palavra.

A SRA. SILVIA DA BANCADA FEMINISTA – Cumprimento todas as pessoas que

vieram hoje aqui nessa audiência pública.

Queria dizer que, se pudesse ter o povo todos os dias na Câmara Municipal, provavelmente muitas das votações seriam diferentes, porque quando tem público, tem mais pressão. E é por isso que a gente quer uma revisão do Plano Diretor com participação popular, para que o resultado possa ser a cara do povo e não a cara dos interesses, muitas vezes, de construtoras, de mercado imobiliário e tudo o mais.

Mas eu acho que aqui teve vários movimentos, muito diversos inclusive. Tem o movimento de moradia popular, tem o movimento ligado à pauta ambiental, tem o movimento que não quer a construção nos miolos dos bairros, tem movimento que não quer o corredor de ônibus; mas todos os movimentos aqui demonstraram uma insatisfação com o processo. Eu acho que essa foi a marca desta audiência pública. E, aí, nós votamos contra a metodologia das audiências públicas na Comissão de Política Urbana, não só a questão numérica. Nós inclusive fomos atendidos no número. As 55 audiências públicas não são um número pequeno, são um número bom. O problema todo é que elas estão espremidas no tempo. Uma coisa eu digo: a pressa é inimiga da democracia. Porque, se você faz uma coisa de forma rápida e atropelada, não dá tempo de as pessoas se apropriarem do debate. Não é só estarem presentes na audiência pública, é preciso que as pessoas se apropriem, conheçam, compreendam e possam intervir, sugerir, e possam realmente ser atores da mudança da lei. Isso, de fato, está muito difícil de ser contemplado, com essa pressa toda.

Nós tínhamos proposto, por exemplo, uma audiência por subprefeitura, porque as pessoas tendem a participar mais quando estão próximas do seu lugar. Isso também não foi contemplado. Várias coisas não foram contempladas. Acabou ficando um processo meio “*Frankenstein*” porque acabou que foram sendo inseridas novas audiências públicas, mas sem esse planejamento. Tem lugar que vai ter duas audiências públicas, como em Parelheiros, por exemplo, e tem subprefeitura que não vai ter nenhuma. Então, nós precisávamos ter pelo uma audiência pública garantida por subprefeitura.

Eu queria que hoje todos os Vereadores que são parte da Comissão de Política

Urbana pudessem refletir, pudessem ouvir de fato os apelos que foram feitos aqui. Porque uma coisa é eu como Vereadora falar, outra coisa é todo esse povo falar. E se há uma insatisfação, acho que precisamos de mais tempo. Precisamos de mais tempo principalmente porque depois que sair o relatório não dá para a gente votar no dia seguinte em primeira votação. Nós precisamos de tempo para nos apropriar desse relatório e vermos as coisas que foram incorporadas e as coisas que não foram incorporadas para a gente intervir no processo.

Sobre moradia. Infelizmente, muitos movimentos já tiveram que ir embora porque estavam aqui desde as duas horas da tarde na manifestação. Mas quero dizer que esse é um dos temas centrais. O fato de a gente ter esse déficit habitacional na cidade de São Paulo provoca uma série de outros problemas. Faz com que a gente tenha 52 mil pessoas em situação de rua, porque uma parte dessas partes é porque não conseguem. Ou elas pagam aluguel ou elas comem. Aí, elas preferem comer, claro, é uma questão de sobrevivência, e vão parar nas ruas. Tem várias famílias com crianças morando nas calçadas. Então, nós precisamos de um plano para isso. Não pode ser que o plano seja abrigo, gente. Ninguém quer viver morando em abrigo, tem que ter moradia. Teve uma pessoa que falou sobre a locação social, que eu acho que é uma alternativa. Tem prédio público ocioso, que não cumpre sua função social: desapropria. Desapropriem os prédios ociosos, a Prefeitura compra esses imóveis e transforma em moradia social, onde a pessoa mora pagando o mínimo. Não vai ser a propriedade dela, vai ser propriedade da Prefeitura, e ela vai pagar o mínimo de um aluguel social para a Prefeitura. Então, isso é uma alternativa para a população em situação de rua.

Tem a questão de que a gente tem, na cidade de São Paulo, as 379 mil moradias que faltam, de déficit, mas a gente tem 720 mil domicílios em áreas que precisam ser regularizadas. Para tudo isso, precisa de recursos. Então, de onde virá esse dinheiro? Porque não pode ser que a gente não tenha um plano. Ou pode ser que a gente não tenha um plano, pode ser que o Prefeito não tenha um plano. Eu acho que não tem, porque o Secretário de Habitação outro dia veio aqui e falou: “Não, a gente tem o Pode Entrar”. O.k., o Pode Entrar são 70 mil moradias se tudo der certo. Mas e as 379 mil? E em 2030, sabem qual é a previsão de

quantas moradias precisam ser construídas? É de 698 mil. Então, a gente vai em uma escala, em uma avalanche, e quanto menos a gente tem política habitacional para as pessoas que recebem três salários mínimos, mas vai haver ocupações em locais irregulares. Por exemplo, na zona Leste, há uma série de áreas verdes que foram ocupadas com ocupações irregulares. Por quê? Porque as pessoas não têm onde morar. Então, óbvio que vão ocupar. Então, a falta desse planejamento de política habitacional gera outra série de problemas, como a questão da própria preservação das áreas de mananciais, das áreas verdes.

Então, é um conjunto de incompetências combinado com o paraíso das construtoras em São Paulo. Por quê? Como é tão difícil se resolver o problema do déficit habitacional, é tão fácil fazer com que as construtoras façam o que querem. As construtoras fazem o que querem na cidade. Isso tem que parar, tem que acabar. Isso não pode ser o paraíso do mercado imobiliário, quando pessoas compram apartamentos não para morar, compram apartamentos para investir.

Gente, eu fico pensando. Meu pai só conseguiu comprar a sua casa própria quando ele já tinha 70 anos. Eu não consegui comprar a minha ainda. Eu moro de aluguel. Assim: Como é que há gente que tem tanto dinheiro assim que compra trinta apartamentos num prédio, para alugar, para investir e para ficar lá parado? Não pode ser que a gente priorize, que uma cidade como São Paulo priorize especuladores imobiliários, construtoras e grandes empreendimentos e não priorize aquelas pessoas que não têm dinheiro para pagar o aluguel, porque o aluguel inclusive é muito caro nesta cidade, muito caro. E, aliás, é caro de propósito, porque, se todo mundo pudesse pagar aluguel, aí não haveria exatamente a especulação dos aluguéis. Então, é assim: uma coisa puxando a outra. Aqui o que está em jogo é que a gente precisa de um Plano Diretor que atenda aos interesses populares, dos 99% da população e não de 1% da Faria Lima, do mercado imobiliário, das construtoras e dos grandes empreendimentos.

Por isso é que a gente quer que o povo participe, porque, se o povo não participar, vão acabando prevalecendo os interesses dessa minoria, desse 1%.

Obrigada, Presidente. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Obrigado, Vereadora Silvia.

Só para fazer o esclarecimento, Vereadora, uma vez apresentado o relatório do Vereador Rodrigo Goulart, o texto não vai à votação no dia seguinte, como exposto. Na realidade, haverá duas audiências públicas devolutivas. Deve correr o prazo de aproximadamente uma semana, para que haja debate e publicidade. Somente depois ele vai à votação. Uma vez aprovado, em primeiro turno de votação, haverá novas audiências públicas e então ele vai à votação em segundo turno no plenário.

Pergunto aos Vereadores se gostariam de fazer uso da palavra.

O SR. RODRIGO GOULART – Obrigado, Sr. Presidente.

Apenas cumprimento a todos que puderam participar. A grande maioria já se retirou, mas exatamente venho reforçar o que o Presidente disse. Está provado, no cronograma que foi estabelecido aqui pela comissão, a questão das audiências antes das votações. Há inclusive a proposta de acordo entre os líderes, para que não seja alterado o texto aprovado aqui nesta comissão, com as emendas que são apresentadas normalmente antes das votações, para que haja o conhecimento pleno desse texto.

Essa é mais uma audiência com participação muito importante da população, de vários movimentos inclusive, cidadãs e cidadãos, e anotamos aqui diversos apontamentos, não só do Movimento da Sabará, mas também há a questão exatamente do que deu errado do plano em vigência. É isso que nós estamos agora revisando.

Nós acreditamos que, pelo que foi apresentado aqui pelo Executivo, há ainda muitos pontos a serem revisados. É isso que estamos pensando.

A Silvia levantou um ponto aqui muito importante também, que é um dos que estamos estudando, a questão de locação social e quota de solidariedade. A participação popular tem sido garantida aí nessas audiências. Há a questão das micro e macrodrenagens, as macroáreas e as questões hidrográficas da cidade, que é uma questão ambiental. Há urgência climática. Na terça-feira mesmo, tivemos uma audiência pública temática aqui muito importante. Há essa questão da previsão dos planos de bairros. Estamos trazendo uma forma mais efetiva não só na

questão dos planos de bairros, mas também na questão da efetivação da entrega das unidades habitacionais.

Temos conversado aqui com todos os Vereadores da Casa, principalmente os daqui da Comissão, também as seis outras comissões temáticas que têm feito as suas audiências públicas em diversas regiões da cidade, e também essa questão do meio ambiente, que foi um dos pontos aqui colocados, o qual é muito importante. Estamos buscando uma integração de todos esses planos, não só do meio ambiente, mas todos os demais previstos no Plano Diretor, mas que temos observado a dificuldade na entrega.

Acho que é isso, Sr. Presidente, colocando aqui esse relatório à disposição de todos, para que possamos fazer a síntese de todas essas contribuições, as quais já têm sido muitas, não só nas audiências públicas, mas também na forma virtual do sistema da Rede Câmara.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Muito obrigado, Vereador Rodrigo Goulart.

Não havendo mais Vereadores inscritos, lembro a todos que no próximo sábado, às 8h, teremos audiência pública regional, em Aricanduva.

Agradeço, mais uma vez, a presença de todos. Agradeço ao pessoal da GCM, à equipe da Comissão, bem como à assessoria da Casa.

Nada mais havendo a ser tratado, dou por encerrada essa audiência pública da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente.

Tenham todos uma ótima noite.